



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

RAYSSA GYSELE TEIXEIRA DA SILVA

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA EM ALAGOAS: as
circunstâncias de criação e consolidação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho
(1951 – 1970)

Maceió

2024

RAYSSA GYSELE TEIXEIRA DA SILVA

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA EM ALAGOAS: as
circunstâncias de criação e consolidação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho
(1951 – 1970)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de
Alagoas, na linha de pesquisa de História da Saúde e da
Enfermagem Brasileira/Alagoana.

Orientadora: Profa. Dra. Laís de Miranda Crispim Costa

Maceió

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- S586p Silva, Rayssa Gysele Teixeira da.
Processo de institucionalização da loucura em Alagoas : as circunstâncias de criação e consolidação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho (1951 - 1970) / Rayssa Gysele Teixeira da Silva. - 2024.
60 f. : il.
- Orientadora: Laís de Miranda Crispim Costa.
Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas. Escola de Enfermagem. Maceió, 2024.
- Bibliografia: f. 58-59.
Anexos: f. 60.
1. Transtornos mentais - História - Alagoas. 2. Hospital Escola Portugal Ramalho (Maceió, AL). I. Título.

CDU: 613.86(813.5)

Folha de Aprovação

RAYSSA GYSELE TEIXEIRA DA SILVA

**PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA EM ALAGOAS: as
circunstâncias de criação e consolidação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho
(1951 – 1970)**

Dissertação submetida ao corpo docente do
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Alagoas e aprovada em
15 de Julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **LAIS DE MIRANDA CRISPIM COSTA**
Data: 04/10/2024 17:20:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^ª. Dra. Laís de Miranda Crispim Costa, Universidade Federal de Alagoas
(Orientadora)**

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARIA ANGELICA DE ALMEIDA PERES**
Data: 02/10/2024 19:40:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^ª.Dra. Maria Angélica Maria de Almeida Peres, Universidade Federal do Rio de
Janeiro (Examinadora Externa)**

Documento assinado digitalmente
 **REGINA MARIA DOS SANTOS**
Data: 04/10/2024 16:59:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Regina Maria dos Santos (Examinadora Interna)

Aos meus avós **Maria Helena Gomes Teixeira e José**

Anacleone Teixeira

(in memorian)

Perdi ambos enquanto percorria o caminho dos meus sonhos.

Obrigada por terem me ensinado a seguir caminhando, mesmo
depois de soltar suas mãos.

À Alessandra Magalhães.

Fora do meu ambiente familiar, foi dentro da sua sala de aula que eu acreditei pela primeira vez que poderia. E até aqui, eu pude. Queria te mirar, com os meus olhos apaixonados como sempre, e dizer em claríssimo e verdadeiro tom: Muito obrigada, minha amada Professora.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma me ampararam e tornaram possíveis e mais leves os meus passos.

A Deus, que sabe toda a história que escreveu para mim, e que me permite realizar os sonhos que sonhei quando criança.

À minha mãe, Rosineide, minha principal incentivadora, minha amiga e companheira, que secou minhas lágrimas, rezou sempre por mim e nunca me deixou ser vencida pelo meu cansaço.

Ao meu pai, por ser meu maior fã, por me enxergar tão maior do que o que eu realmente sou.

Ao meu irmão e filho do coração, José Riquelme, a pessoa que mais amo nessa vida. Meu amor por você me moveu e me move sempre.

Ao meu companheiro, Rodrigo Lopes, que acompanhou todo o processo do meu mestrado e me acolheu sempre com amor, paciência, otimismo e bom humor. Eu amo você.

Aos meus Sogros Marcelo Jorge e Mônica Andrea, por todo apoio, escuta e cuidado.

À minha amiga, Edla Silva, ao lado da qual me tornei Enfermeira e juntas nos tornamos inseparáveis.

À minha amiga, Camila Alves, minha dupla, minha escuta e meu sim quando eu já tinha certeza do não.

Aos meus alunos do 5º período de Enfermagem em 2024.1 da Faculdade Uninassau Arapiraca, para os quais sempre quis ser melhor e estar mais capacitada e por isso continuei e continuo.

À Isolda Wanderley, companheira de trabalho, que me apoiou em todas as etapas até aqui.

À Universidade Federal de Alagoas e ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, que me mantiveram apaixonada, mesmo com todos os desafios.

As professoras que integraram a banca, Maria Angélica de Almeida Peres e Regina Maria dos Santos, que me dão a honra de seus olhares experientes e suas contribuições brilhantes.

Por fim, e mais importante, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a Laís de Miranda Crispim Costa. A professora que personifica a docência que Paulo Freire escreveu ao dizer que o preparo científico deve coincidir com a retidão ética. A senhora me viu, me acolheu, me inseriu e me ensinou, deu espaço para a minha curiosidade e verdadeiramente me orientou. Não sou capaz de agradecer a altura. Muito obrigada.

Realmente o louco não merece nenhuma consideração. Veja este
pátio cimentado. Não há sequer uma árvore ou sombra. Os
pacientes não precisam de nada, afinal, no conceito de vocês, eles
não são gente.
(Simões, 1972)

RESUMO

Trata-se de um estudo histórico-social que tem como objetivos descrever o contexto da saúde mental em Alagoas em meados do século XX, analisar as circunstâncias da criação e inauguração do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho e analisar sua consolidação para o processo de institucionalização da loucura em Alagoas. O recorte social e temporal foi o estado de Alagoas, no período compreendido entre 1951 e a década de 1970, tendo como marco inicial a própria inauguração do hospital e como marco final a efervescência dos primeiros movimentos em torno da Reforma Psiquiátrica Brasileira. A dissertação encontra suporte teórico nas ideias de Michel Foucault, alicerçando-se na perspectiva de pensar a loucura a partir do exame da história e da evolução do seu conceito como um constructo pertencente a uma sociedade e um tempo. As fontes diretas foram compostas por documentos arquivados no Arquivo Público de Alagoas e no arquivo do agora Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR, além de documentos encontrados pelo acesso online à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Quanto as fontes indiretas, foram constituídas por artigos, dissertações, teses, livros e outras obras de consulta sobre a temática que foram identificadas no processo de revisitação. Afim de caminhar para elucidação do objeto de estudo, as fontes foram trianguladas com o contexto histórico, opções teóricas e hipótese de investigação. A dissertação aponta para um cenário de antecedentes que compuseram o enredo propício para a criação do Hospital Colônia, a saber: profundas indiligências na única instituição para os alienados existentes até aquele momento – o Asylo de Santa Leopoldina, estímulos financeiros para melhoria da assistência em saúde mental e jogos políticos. Sobre este último, pode-se dizer que a institucionalização da loucura em Alagoas se deu sempre imbricada por esse processo, ora sendo influenciada diretamente, ora servindo como materialização e feito dos atores em determinada época. Constrói-se neste estudo a narrativa do entendimento dos diferentes momentos vividos pelo Hospital Colônia Portugal Ramalho, indo de sua inauguração e primeira década de funcionamento até a consolidação do retrato histórico de sua era de maior visibilidade, passando neste percurso pelo contexto histórico e político que o imbricava até os detalhes do cotidiano da instituição em seus aspectos assistenciais e administrativos.

Palavras-Chave: Loucura; Alagoas; História; Hospital Escola Portugal Ramalho

ABSTRACT

This is a historical-social study that aims to describe the context of mental health in Alagoas in the mid-20th century, analyze the circumstances of the Creation of the Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho and analyze its consolidation for the institutionalization of madness in Alagoas . The social and temporal focus was the state of Alagoas, in the period between 1951 and the 1970s, with the inauguration of the hospital itself as the initial milestone and the effervescence of the first movements around the Brazilian Psychiatric Reform as the final milestone. The dissertation finds theoretical support in the ideas of Michel Foucault, based on the perspective of thinking about madness from the examination of history and the evolution of its concept as a construct belonging to a society and a time. The direct sources are made up of documents archived in the Alagoas Public Archive and in the archive of the now Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR, in addition to documents found through online access to the National Library's digital newspaper library. As for indirect sources, they are made up of articles, dissertations, theses, books and other works of consultation on the topic that were identified in the revisit process. In order to move towards elucidating the object of study, the sources were triangulated with the historical context, theoretical options and research hypothesis. The dissertation points to a scenario of antecedents that made up the plot conducive to the creation of the Hospital Colônia, namely: profound negligence in the only institution for the alienated that existed until that moment – the Asylo de Santa Leopoldina, financial incentives to improve health care mental and political games. Regarding the latter, it can be said that the institutionalization of madness in Alagoas was always intertwined with this process, sometimes being directly influenced, sometimes serving as the materialization and shape of the actors at a given time. In this study, the narrative of the understanding of the different moments experienced by Hospital Colônia Portugal Ramalho is constructed, going from its inauguration and first decade of operation to the consolidation of the historical portrait of its era of greater visibility, passing through the historical and political context that it even overlapped the day-to-day details of the institution in its assistance and administrative aspects.

Keywords: Madness; Alagoas; Portugal Ramalho Teaching Hospital

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro nº 1: Fontes selecionadas na Hemeroteca Digital apresentadas segundo nome do documento, descrição/assunto, data/local, palavra-chave e identificação no acervo.	19
Quadro nº 2: Itens encontrados no Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR imbricados ao recorte espaço-temporal da pesquisa.	25
Quadro nº 3: Manuscritos selecionados no Arquivo Público de Alagoas, apresentados segundo a descrição identificação no acervo.	26
Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00248 datado de 30 de outubro de 1955.	39
Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00162 datado de 15 de julho de 1956.	40
Espaços da institucionalização da loucura em Alagoas – 1947 a 1968	42
Fac símile: Publicação do dr.Gilberto de Macedo na Revista Ciência e Cultura (SP) Edição 00003 datada de Setembro de 1958	43
Aparelho de eletroconvulsoterapia identificado no Hospital Portugal Ramalho.	44
Recorte do O Jornal (RJ) Ano 1964 edição 13369 datado de 23 de dezembro de 1964.	45
Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00217 datado de 19 de Setembro de 1969.	46
Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00183 datado de 05 de Agosto de 1970.	49
Recorte do Jornal Correio Braziliense (DF), Edição 04240 datado de 05 de novembro de 1973	50
Fac símile: Trecho de Artigo Resumo do Lançamento do Jornal “Comunidade”. Jornal Comunidade Edição Nº 2 Ano I. Alagoas, 1975	52
Recorte do Jornal Correio Braziliense (DF), Edição 04280 datado de 05 de Novembro de 1973.	55

LISTA DE SIGLAS

APA	Arquivo Público de Alagoas
CSMG	Casa de Saúde Miguel Couto
CSCRPU	Casa de Saúde e Clínica de Repouso Ulisses Pernambucano
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRDJL	Clínica de Repouso Dr. José Lopes
DNSM	Divisão Nacional de Saúde Mental
HEPR	Hospital Escola Portugal Ramalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO 1 – SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	16
1.1 A Loucura em Foucault.....	16
1.2 Tipo de estudo.....	17
1.3 Recorte espaço-temporal.....	17
1.4 Fontes	18
1.5 Critérios de inclusão e exclusão dos documentos.....	28
1.6 Processo de coleta e análise das informações	28
1.7 Aspectos éticos.....	29
 CAPÍTULO 2 – A LOUCURA EM ALAGOAS - ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA PORTUGAL RAMALHO	30
 CAPÍTULO 3 – CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL PARA CRIAÇÃO E INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL PORTUGAL RAMALHO.....	35
 CAPÍTULO 4 – A PRIMEIRA DÉCADA DO HOSPITAL COLÔNIA PORTUGAL RAMALHO – ENTRE DESAFIOS E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ORDENADORA.....	40
 CAPÍTULO 5 – A DÉCADA DE 70 – O MIDIÁTICO RETRATO HISTÓRICO DA ERA DE MAIOR VISIBILIDADE DO HOSPITAL PORTUGAL RAMALHO. ...	48
 CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	60

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo consiste nas circunstâncias de criação e consolidação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho e desenha-se como desdobramento do projeto de pesquisa “Um século de institucionalização da loucura em Alagoas: da criação do Asylo Santa Leopoldina aos primeiros movimentos da reforma psiquiátrica” vinculado ao Grupo de Estudos Dona Isabel Macintyre – GEDIM cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

No percurso histórico da conceituação da loucura, é possível identificar várias definições de acordo com o contexto social de cada período. A loucura na antiguidade tinha como sua principal marca a *insensatez*, atribuída ora a interferência dos deuses, ora ao desequilíbrio entre o impulso e a norma social. Já na idade média assume uma nova formatação, em que se desenha a centralidade religiosa que abarca o fenômeno e convoca o dizer médico para a confirmação das experiências de possessão (Foucault, 1961).

Entre o período medieval e moderno (séculos XV e XVI) situa-se o inesperado – a ascensão da loucura – o Renascimento com sua máxima de valorização da liberdade, que possibilita a celebração da loucura no terreno literário, teatral e artístico. Essa característica, no entanto, não significou a inserção social do louco, pelo contrário, o seu excesso de fascínio era assombroso para imaginação humana, e a exclusão, sempre presente, articulou-se à incerteza do lugar do louco (Soares, 2014; Ramos, 2014).

É essa premissa que abre espaço para o desenho predominante na modernidade, a demarcação do espaço para a loucura, seu cerceamento. A hegemonia da razão no século XVII possibilita o palco para as práticas de internamento; longe de serem médicas ou terapêuticas, correspondiam ao estabelecimento de instituições morais para o ordenamento social e banimento do alienado, mas junto com ele, a pobreza, a incapacidade, a ociosidade, e toda marcha contrária ao ideal do racionalismo e do funcionamento produtivo (Soares, 2014; Ramos, 2014).

É no final do século XVIII que esse posicionamento do louco ao lado de todos os outros deserdados sociais é questionado. Assim como o Renascimento, enquanto contexto social e político, interferiu no pensamento sobre a loucura, agora, num outro momento histórico, as ideias do Iluminismo e os Princípios da Revolução Francesa compõem essa interferência, fazendo imperar a ideia da livre circulação dos bens e dos homens, assim era necessário repensar quem era o sujeito que permanecia passível de sequestro obrigatório. Desse modo, estava preparado o caminho de exposição da loucura à observação médica, que a captaria e definiria o doente mental (Soares, 2014; Ramos, 2014).

Assim, no início o *insano errante*, em seguida o *alienado*, depois o *doente mental* e por fim o *usuário de saúde mental*. Clarifica-se a compreensão de que ao longo da história, foram adotados perante a sociedade, distintos significados para as pessoas com transtornos mentais. Essas transformações foram sempre acompanhadas por processos irreversíveis de reconsideração do lugar social da loucura, o que incluía o estabelecimento de diferentes espaços para o seu abrigo.

Apesar das mudanças de nomenclatura, o que há em comum nas diferentes épocas que adotaram diferentes termos, é o que afirma Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*: a necessidade de segregar aqueles tidos como desviantes de um comportamento convencionalizado como padrão, que atribuía ao louco o *status* de perigoso para si e para os demais, afrontando a ordem pública, e que, portanto, precisava ser mantido em afastamento.

Goffman converge para a ideia de Foucault quanto ao que permanece de comum nas diferentes épocas, quando em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos* designa o termo “carreira moral” como um processo inerente à experiência do encarceramento, traduzindo-o como uma produção sequencial de expropriação, com perda de relações sociais, isolamento e estigmatização reforçando o seu status.

Considerando a época imbricada no contexto do objeto deste estudo, meados do século XX, pode-se esperar que será revisitada uma conjuntura da loucura como objeto determinado de intervenção do saber psiquiátrico e psicológico. Convergindo da internalização de dispositivos morais e de um regime de articulações entre medicina e moral, até a consolidação de novas formas de disciplina ligadas a um modelo de institucionalização do poder que agora age sobre o “mental”, o “poder psiquiátrico” (Safatle, 2023).

No Brasil do século XX, algumas questões fundamentais sobre o saber e a prática deste poder psiquiátrico podem ser mencionadas: a nova configuração estabelecida naquele momento permite diferenciá-lo claramente da prática psiquiátrica precedente, isto é, a psiquiatria que até então tinha no espaço asilar seu único campo de ação passa por um deslocamento, estabelecendo uma separação fundamental entre os 'verdadeiros' doentes mentais, para os quais passaria a existir uma crescente medicalização e os degenerados (desviantes, epiléticos, delinquentes, sífilíticos) – a principal característica do novo sistema de assistência é a não mais restrição ao espaço asilar (Portocarrero, 2002). É sobre este contexto que Portocarrero descreve:

É do ponto de vista da medicalização da cura que a fase iniciada em 1900 foi considerada pelos psiquiatras como positiva, isto é, curativa, diferente daquela vigente até ali e considerada 'detentora', de ação puramente negativa, ou seja, que priva o indivíduo de sua liberdade sem que tal restrição tenha uma desculpa plausível, que seria a terapia. (Portocarrero, 2002)

Caminhando na historicidade e refletindo sobre a temática de modo mais específico no recorte temporal deste estudo, início da segunda metade do século XX, emerge um cenário de construção discursiva da antipsiquiatria, com suas críticas ao modelo hegemônico de concepção e tratamento da loucura que mantinha-se sólido até então. O cenário era de questionamento dos paradigmas em torno do conceito de doencamental, realidade essa que se evidenciava em países como Inglaterra, Estados Unidos e Itália (Oliveira, 2019).

O início do que mais tarde iria compor uma profunda crítica do paradigma psiquiátrico, nascia para contrapor o modelo manicomial, este fundamentado no isolamento, remontando ao final do século XVIII, produziu ao longo das décadas o efeito histórico de segregação do louco, excluindo-o da possibilidade de participação social com a justificativa do isolamento terapêutico, ou seja, a reclusão com a dita função de proteção ao louco e à sociedade (Amarante, 2018).

Embora os movimentos da antipsiquiatria, pela literatura temática específica apresentem-se muitas vezes como datados e justificados dentro do recorte temporal de um contexto de rebeldia e contracultura dos anos 1960, o fato é que a época de sua atuação remonta já aos anos de 1950 (Oliveira, 2011). Isto é, já se dava a produção de discursos de críticas aos esquemas estáticos, generalizadores e classificatórios previamente determinados pela psiquiatria e, em detrimento disto, propunha-se a compreensão do comportamento, do louco em seu “contexto existencial”, de uma concepção individualizada. Tal ruptura só seria possível pela reformulação dos mecanismos de cuidados vigentes.

Paralelo a esse contexto de transição de ideias, ocorria em Alagoas, em 1951, a inauguração do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho, como ação-resposta num cenário de fechamento do até então único modelo de estabelecimento para os tratamentos dos alienados no estado: o Asylo Santa Leopoldina. Este, que por sua vez, desde o início de funcionamento já não atendia ao seu fim, com estrutura de instalações impróprias e insalubres, bem como carências significativas de recursos financeiros e humanos para atender ao que se propunha enquanto serviço na época (Guimarães, 2022).

Dado o exposto, definiram-se as seguintes questões norteadoras: Em que contexto as pessoas com problemas mentais eram vistas e atendidas em Alagoas na segunda metade do século XX? Como se desenvolveu a criação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho? Qual o espaço do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho no ensejo da consolidação da Institucionalização da Loucura em Alagoas? Como se desenvolveu o funcionamento do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho, desde sua criação até os primeiros movimentos em torno da Reforma Psiquiátrica Brasileira?

Assim, a presente dissertação orienta-se pelos seguintes objetivos:

- Descrever o contexto da saúde mental em Alagoas em meados do século XX;
- Analisar as circunstâncias da Criação e Inauguração do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho;
- Analisar a consolidação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho para o processo de institucionalização da loucura em Alagoas.

Quanto à dimensão da relevância científica, cabe mencionar que no início do processo de se debruçar sobre a temática, foi possível realizar uma busca inicial a respeito do contexto da criação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho e de modo geral sobre a psiquiatria no estado de Alagoas, com isso, evidenciou-se o panorama de escassez quase total de estudos que se dedicaram a objetos dentro desse recorte espaço-temporal, o que contribui para a justificativa da intencionalidade em investigar o fenômeno delineado.

Ademais, é essencial o registro da significação simbólica existente na proposição de ir às raízes do surgimento de um serviço central e de tamanha importância no cuidado à saúde mental da sociedade alagoana, com seu enredo septuagenário, passando por momentos de recuperação, adequação, reformas e ápices de visibilidade midiática em meio a denúncias. Mobilizar-se a olhar para as circunstâncias de criação e consolidação do único hospital psiquiátrico público de Alagoas, é, portanto, contribuir para as linhas da história da loucura neste estado.

CAPÍTULO 1 - SUPORTE TEÓRICO – METODOLÓGICO

1.1 A loucura em Foucault

O referencial teórico está alicerçado nas ideias de Michel Foucault, que apresenta a perspectiva de pensar a loucura a partir do exame da história e da evolução do seu conceito na sociedade ocidental, especialmente no contexto da medicina, da filosofia e das instituições sociais. A História da Loucura trazida por Foucault, consolida a concepção de refletir a loucura de modo a entendermos o indivíduo, não como um alienado, mas como um integrante de uma sociedade que não o integrou.

Faz-se neste capítulo uma composição das principais noções teóricas trazidas no ensaio crítico da História da Loucura, uma vez que o objeto de estudo foi todo ele investigado a luz das ideias produzidas nesta obra que, publicada pela primeira vez em 1961, influenciou significativamente o pensamento contemporâneo sobre a loucura, a psiquiatria e a natureza da normalidade e da anormalidade na sociedade ocidental.

Nela, Foucault realiza uma genealogia da loucura, traçando a forma como a sociedade ocidental percebeu e lidou com ela ao longo do tempo, desde a Idade Média até os tempos modernos. Ele argumenta que a loucura não é uma condição fixa ou objetiva, mas sim um conceito historicamente contingente, moldado por diversas forças sociais, políticas e culturais. Todas essas forças imbricadas não só consolidam a produção do conceito da loucura em determinada época, mas também o mantêm ou o substituem por outro.

Dessa forma, Foucault pôde afirmar que as condições da doença mental não serão encontradas na análise da evolução orgânica, nem na compreensão da história individual, tampouco na situação existencial do ser humano. Até porque a doença mental só terá realidade, valor e sentido no interior de uma cultura que a reconhece como tal. As “leis psicológicas”, base para separação entre o normal e o patológico em saúde mental, são, ao menos segundo Foucault, sempre relativas a situações históricas determinadas.

A loucura como construção social é, então, a premissa defendida pelo teórico que, a partir disso, contesta a visão tradicional da loucura como uma doença ou desordem mental objetiva e inerente ao indivíduo. Em vez disso, ele sugere que a loucura é uma construção moldada pelas normas e valores dominantes de uma sociedade em particular. Essa construção, por sua vez, evidencia uma enorme complexidade no seu acontecer: o papel da razão e do poder, isso porque, o conceito de loucura, sendo ele qual for ao longo da história, é usado como uma forma de reforçar e legitimar estruturas de poder existentes, marginalizando aqueles que

desafiam as normas e valores dominantes em um determinado tempo.

Assim, a sociedade ocidental com seus preceitos dominantes institucionalizou a loucura ao longo dos séculos criando asilos, hospitais psiquiátricos e outras instituições para confinar e controlar os "loucos". Essas instituições não apenas marginalizaram os indivíduos considerados loucos, mas também serviram como mecanismos de poder e controle social. Esta noção, assim como a noção existente nos demais pilares temáticos que aparecem na obra seminal foram essenciais para direcionar a análise do estudo, de modo a descortinar a institucionalização da loucura em Alagoas, a partir, também, da compreensão dos contextos político e social dominantes e imbricados no acontecer histórico do objeto.

1.2 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza histórico-social, fundamentado nas ideias de Michel Foucault contidas na obra *História da Loucura*.

Um dos objetivos da investigação histórica, segundo Padilha e Borenstein (2005), é lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras. Ainda de acordo com estas autoras, essa vertente metodológica caracteriza-se pela sua abordagem sistemática por meio de coleta, organização e avaliação crítica de dados que tem relação com ocorrências do passado.

Diante da perspectiva do enfoque histórico-social, o embasamento se volta para a tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas, sendo assim, não se investiga em razão de resultados, mas para a compreensão de fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico, para tanto, as questões formuladas na pesquisa se orientam com este objetivo (Freitas, 2002).

No que concerne a caracterização do estudo qualitativo, este se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Caracteriza-se ainda pela sistematização gradativa do conhecimento até a essência do processo submetido à investigação possuindo fundamentação teórica que possibilita a criação de novas concepções e categorias durante a pesquisa, além de favorecer a descoberta de processos sociais pouco evidentes (Minayo, 2014).

1.3 Cenário e Recorte Espaço-Tempo-Institucional

O cenário é Alagoas com recorte temporal demarcado entre as décadas de 1950 a 1970.

O marco inicial se refere o ano (1951) de criação do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho; já o marco final (1970) se refere ao momento de efervescência de práticas assistenciais na instituição que se alinhavam em torno da primeira noção de Reforma Psiquiátrica, isto é, predominância no hospital-colônia de novas estratégias e dispositivos de assistência e cuidado que ultrapassavam a soberania da medicalização.

1.4 Fontes

As fontes históricas caracterizam-se como todos os tipos de informações acerca do devir social no tempo, incluindo noção igualmente aos próprios canais de transmissão dessa informação, isto é, as formas em que foi preservada e transmitida (Padilha; Borenstein, 2005). Entre as definições encontradas, sabemos ainda que elas podem ser de inúmeras modalidades, e sua escolha é naturalmente orientada pelo problema histórico a ser definido e investigado pelo historiador (Barros, 2020).

No levantamento dessas fontes é necessário que se faça a distinção entre as diretas e indiretas. As primeiras caracterizam-se por tratarem de informações de primeira mão, como os documentos originais, as relíquias ou objetos, sendo elas os contatos mais diretos com as situações históricas (Aróstegui, 2006). Neste estudo elas são compostas por documentos arquivados no Arquivo Público de Alagoas e no arquivo do agora Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR, além de documentos encontrados pelo acesso online na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Constam materiais selecionados nos seguintes periódicos de circulação: Diário de Pernambuco (PE), O Semanário (RJ), Jornal do Commercio (RJ), O Jornal (RJ), Correio Braziliense (DF), O Estado de Florianópolis (SC).

O *corpus* documental de fontes indiretas está constituído por artigos, dissertações, teses, livros e outras obras de consulta sobre a temática, identificadas no processo de revisitação histórica. As fontes indiretas caracterizam-se por aquelas em que o autor ou enunciador do texto chega ao seu objeto ou nos transmite alguma informação passando por um intermediário ou mais, isto é, a fonte situa-se em posição indireta, em uma cadeia documental, testemunhal ou de informática, colocando-se entre o historiador e um primeiro documento (Barros, 2020).

As fontes passadas pelos critérios de inclusão e exclusão, tiveram sua visualização e leitura detalhadas, passando posteriormente pela crítica interna e externa e por fim foram armazenados e identificadas conforme os quadros a seguir.

Quadro 1 – Fontes selecionadas na Hemeroteca Digital apresentadas segundo nome do documento, descrição/assunto, data/local, palavra-chave e identificação no acervo. Maceió, Alagoas, Brasil, 2023.

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO/ASSUNTO	DATA/LOCAL	PALAVRA-CHAVE*	IDENTIFICAÇÃO NO ACERVO
Diário de Pernambuco – Mil Cruzeiros para o Hospital Colônia no Farol	Comunica o leitor sobre a efetivação de convênio entre Alagoas e Ministério da Saúde, assinado pelo governador Arnon de Mello e pelo ministro Aramis Ataíde pactuando uma ajuda financeira de Cr\$ 300.000.00 para manutenção do então Hospital Colônia, a ser inaugurado no bairro do Farol. O texto registra ainda a presença, no momento da assinatura, do Dr. Jurandyr Manfredini, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais à época.	30 de outubro de 1955	“Hospital Colônia”	Diário de Pernambuco (PE) – 1950 a 1959
Comissão de Parlamentares para visitar o Hospital Portugal Ramalho	O recorte informa sobre a designação, por parte do presidente da Câmara Federal uma comissão para visitar o Hospital Colônia Portugal Ramalho, indicando ainda o nome dos parlamentares destinados à tarefa.	15 de julho de 1956	“Hospital Colônia”	Diário de Pernambuco (PE) – 1950 a 1959 Página 23

S.O.S de Alagoas aos Homens de Boa Vontade	O recorte informa sobre um documento do governador da época, Muniz Falcão (mandato 1956-1961) apresentado à Assembleia Legislativa de Alagoas e denominado como “S.O.S de Alagoas” e descrito como um apelo aos homens públicos no sentido de Alagoas sobreviver. Na mensagem narra-se a situação dos diversos setores, nestes incluído o setor saúde, sobre o qual se descreve que as verbas aprovadas apenas permitiram realizar as tarefas de supervisão no Hospital Colônia Portugal Ramalho.	Semana de 22 a 29 de Maio de 1958	“Hospital Portugal Ramalho”	O semanário (RJ) – 1956 a 1964
A Reserpina nas Esquizofrenias (Observações Clínicas em 60 Casos) – Secção H – Ciências Médicas e Farmacêuticas	A publicação assinada por Gilberto de Macedo, diretor do Hospital na época, relata observações clínicas em sessenta pacientes esquizofrênicos do Hospital Psiquiátrico Portugal Ramalho com o uso de Reserpina (Serpasol, Ciba). O Médico descreve de modo conciso que os resultados foram satisfatórios	Setembro de 1958	“Portugal Ramalho”	Ciência e Cultura – Órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Cada Paciente tem Verbade Quatro Mil Cruzeiros	A fonte faz uma análise quanto aos brasileiros portadores de doenças mentais, espalhados pelos estados. Indicando os números de acordo com cada estado, os quadros mais comuns de adoecimentos, os tratamentos instituídos e planos de trabalho.	13 de setembro de 1964	“Hospital Portugal Ramalho”	Jornal do Commercio (RJ) – 1960 a 1969

Noticiário dos Estados –	O relato sobre o estado de Alagoas, intitulado como TELEFONE informa o leitor sobre a solicitação da Assembleia Legislativa à Secretaria da Saúde pela instalação de um telefone no Hospital Colônia Portugal Ramalho, indicando ainda que essa ação é para atender ao requerimento do deputado Siloé Tavares	23 de dezembro de 1964	“Portugal Ramalho”	O Jornal (RJ) – 1960 a 1974
Diário de Pernambuco – Lamenha diz o que fez em 3 anos de Governo	A matéria narra um acontecimento da noite do dia 18 de setembro em que o governador da época Lamenha Filho em praça pública profere discurso de prestação de contas pela passagem do terceiro aniversário do seu governo. O governador menciona como uma das metas alcançadas no setor da saúde pública a criação de uma clínica psiquiátrica no Hospital Portugal Ramalho indicando seu orçamento em 300 mil cruzeiros novos.	19 de setembro de 1969	“Portugal Ramalho”	Diário de Pernambuco (PE) – 1960 a 1969
Diário de Pernambuco - Caçado	A matéria é destinada a busca pela polícia alagoana por um perigoso criminoso, que briga com cinco soldados que o escoltavam para o Hospital Portugal Ramalho	05 de agosto de 1970	“Hospital Portugal Ramalho”	Diário de Pernambuco (PE) – 1970 a 1979 Página 24
Diário de Pernambuco – Afrânio Lages: Um governo voltado para o seu futuro – O arrojado programa de Ampliação da Rede	O documento é composto por matérias que sintetizam o trabalho desenvolvido pelo primeiro ano do governo à época, de Afrânio Lages. Entre as realizações concluídas no setor saúde a matéria pontua a finalização de uma obra de ampliação no Hospital Colônia Portugal	15 de março de 1972	“Portugal Ramalho”	Diário de Pernambuco (PE) – 1970 a 1979

Hospitalar	Ramalho denominando-a como parte constituinte do “arrojado programa de ampliação da rede hospitalar.”			
Campo de Concentração em Alagoas	O recorte aparece na seção do jornal denominada POLÍCIA. Em meio as notícias de crimes como furtos, agressões e homicídios, apresenta-se a notícia de uma declaração dada por um detento que havia sido removido de um instituto penal para o hospital por determinação médica, mas manifestou-se junto ao delegado verbalizando sua preferência em cumprir pena no presídio, justificando que no hospital ficava em quarto tipo cela, sem remédios e sem alimentação.	05 de novembro de 1973	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 6
Saúde Dinamiza Treinamento: AL	A notícia informa sobre o encerramento no mês corrente de treinamento ministrado para atendentes em Enfermagem Psiquiátrica, detalha ainda sobre resultados satisfatórios do curso e indica que os aprovados participarão no futuro breve de trabalhos no “parque psiquiátrico”	15 de dezembro de 1973	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979. Página 33
Psiquiatria Alagoana consegue destaque em congresso nacional	Destaque mencionado sobre “o diretor do Hospital Portugal Ramalho e autor de importante trabalho” na época. George Sanguinetti recebe prestígio jornalístico no congresso por trabalho sobre uso de Enantato de Flufenizina em Psicose Aguda em congresso nacional de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental	01 de janeiro de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 32
Alagoas atende setor de saúde	Conta sobre contratos firmados para construção de ambulatório psiquiátrico anexo ao Hospital Portugal Ramalho.	06 de fevereiro de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 32

Dentistas Vão às Escolas: AL	O relato descreve sobre a continuidade de atendimento odontológico em Alagoas, indicando que o Hospital Portugal Ramalho também estava na faixa da programação como parte da proposta de ampliação desse serviço para proporcionar assistência aos alagoanos de baixo poder aquisitivo.	23 de fevereiro de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 36
AL: Edil propõe título a médico	Notícia sobre a proposta de conceder ao George Sanguinetti, diretor do Hospital Portugal Ramalho na época, o título de cidadão de Maceió. São acrescentadas informações para justificar o projeto de resolução, dizendo respeito ao currículo do homenageado e fazendo menção a importâncias das suas atividades profissionais, de ensino, estágios, concursos, trabalhos publicados, participação em pesquisas, cursos e bancas examinadoras.	10 de junho de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 33
Hospital Infantil em Alagoas e Aprimoramento da Assistência	A fonte é destinada a discutir avanços na saúde em Alagoas. Ressalta o interesse do governador em aprimorar toda a assistência psiquiátrica e cita avanços já notórios, mencionando o diretor George Sanguinetti como um grande entusiasta que tem recebido apoio do secretário e do próprio governador. Destacam um ambulatório de saúde mental a ser inaugurado em dias próximos e o pronto socorro psiquiátrico, além de citar o Hospital Portugal Ramalho como “renovado, melhorado e com estrutura mais humanizada dentro das mais modernas técnicas de psiquiatria”	22 de junho de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 36

AL: Psiquiatria teve apoio total	A Notícia relata apoio do governo do estado a inaugurações de clínicas e ambulatórios anexos ao Hospital Portugal Ramalho, o então diretor George Samuel Sanguinetti Fellows trata do parque psiquiátrico de Alagoas como solução para os problemas de saúde mental, narrando ainda quais os profissionais já treinados para participar das atividades.	26 de junho de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979 Página 33
Doentes Mentais têm ambulatório	Narra a inauguração de um ambulatório anexo ao Hospital Portugal Ramalho fazendo menção a visita do então governador para prestigiar o momento.	07 de julho de 1974	“Hospital Portugal Ramalho”	Correio Braziliense (DF) – 1970 a 1979
A Grande Meta do Ministério da Saúde	O documento se refere a metas do ministério da saúde para todo o cenário nacional. O ministro da época em visita a Maceió se reúne com importantes nomes, preside solenidades e visita o Hospital Portugal Ramalho.	20 de agosto de 1974	“Portugal Ramalho”	O Estado de Florianópolis (SC) – 1915 a 1975
Diário de Pernambuco – Um Jornal Terapêutico	O recorte faz parte de uma matéria sobre a psiquiatria e sua aplicação, citando realidades de outros países como Estados Unidos e França. Se voltando para a realidade Brasileira é narrado um cenário particular do “Hospital Psiquiátrico Portugal Ramalho” - A existência de um jornal denominado “Comunidade” que circula nos corredores da instituição e que tem sido visto pelos especialistas como “um lento trabalho transformador”. No jornal, feito à mão pelos pacientes são veiculados poemas, ilustrações, flashes, notícias do hospital, o cotidiano. A matéria ainda relata que a revista “Radice” especializada em psicologia havia feito seleção	11 de Setembro de 1977	“Portugal Ramalho”	Diário de Pernambuco (PE) – 1970 a 1979 Página 34

	de textos dos pacientes e publicado em uma de suas edições.			
O Louco	Relato de situação inusitada ocorrida durante visita do governador Divaldo Suruagy ao Hospital Portugal Ramalho	23 de Novembro de 1977	“Hospital Portugal Ramalho”	Diário de Pernambuco (PE) – 1970 a 1979 Página 27

Quadro nº 2: Itens encontrados no Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR imbricados ao recorte espaço-temporal da pesquisa.
Maceió,
Alagoas, Brasil, 2023.

Descrição
Aparelho de Eletroconvulsoterapia
Grades para isolamento de paciente
Placa de Inauguração do Ambulatório de Saúde Mental Dr. Alberto M. D. Magalhães instalado em 17.07.1978

Quadro nº 3: Manuscritos selecionados no Arquivo Público de Alagoas, apresentados segundo a descrição identificação no acervo. Maceió, Alagoas, Brasil, 2023.

Descrição	Identificação?
Relatório sobre a Assistência a psicopatas em Alagoas	Caixa 132 - DOCUMENTO: ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS EM ALAGOAS
Psiquiatria e força: imagens da loucura.	Acervo Autores Alagoanos 290 COSTA, Marcondes Benedito Farias. Igasa,1977
Jornal Comunidade – Orgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO I Nº2	Catálogo de Periódicos nº 587 COMUNIDADE
Jornal Comunidade – Orgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO I Nº3	Catálogo de Periódicos nº 587 COMUNIDADE
Jornal Comunidade – Orgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO I Nº3	Catálogo de Periódicos nº 587 COMUNIDADE

Jornal Comunidade – Órgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO I N°4	Catálogo de Periódicos n° 587 COMUNIDADE
Jornal Comunidade – Órgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO I N°6	Catálogo de Periódicos n° 587 COMUNIDADE
Jornal Comunidade – Órgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO II N°13	Catálogo de Periódicos n° 587 COMUNIDADE
Jornal Comunidade – Órgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO II N°15	Catálogo de Periódicos n° 587 COMUNIDADE
Jornal Comunidade – Órgão Informativo dos pacientes do Hospital Portugal Ramalho – Edição ANO II N°20	Catálogo de Periódicos n° 587 COMUNIDADE

1.5 Critérios de Inclusão e Exclusão dos documentos

Quanto aos critérios de inclusão das fontes históricas do estudo, foram selecionadas aquelas que guardam relação com a temática e são pertencentes ao recorte temporal estabelecido.

Como critérios de exclusão foram considerados documentos danificados ou incompletos que não permitiram a leitura ou a análise de crítica interna.

1.6 Processo de Produção e Análise das Informações

A busca das fontes seguiu duas vias de investigação: on-line e presencial. Na primeira, foram realizadas as buscas através do site da Biblioteca Nacional Digital, no portal Hemeroteca Digital Brasileira. Tal busca ocorreu conforme as orientações de uso de arquivos digitais.

É imprescindível que as fontes analisadas passem pelo processo de crítica interna e externa, diante do qual determinar-se-á a qualidade e relevância das informações (Padilha; Borenstein, 2005). A crítica externa se baseia na aferição da autenticidade e genuinidade das fontes. Trata-se de pôr a prova características das fontes como escrita, redação, ortografia, linguagem, documentação, conhecimento, que apresentem características da época, que demonstrem coerência de acordo com o tempo estudado (Guerra, 2002).

Já por meio da crítica interna busca-se perceber o significado da declaração contida no documento, bem como determinar a sua fidedignidade (Padilha; Borenstein, 2005), foi portanto, esta última, que contribuiu fortemente para avaliação do peso e valor do material encontrado.

Uma vez finalizado com êxito esse duplo processo, foi possível examinar os fatos noticiados para interpretá-los e estabelecer relações analíticas que contribuíssem para revelar o que ainda estava oculto acerca do fenômeno pesquisado. Considerando esse debruçar sobre as fontes utilizou-se um instrumento adaptado, de modo a subsidiar a descrição e análise das fontes (ANEXO A), instrumento este utilizado em estudo de metodologia semelhante (Teixeira, 2015).

Assim, ao final da coleta, após visualização e leitura detalhada das notícias em periódicos, os materiais passados pela crítica interna e externa, e submetidos a utilização do instrumento e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os documentos foram armazenados e identificados por título e ordem cronológica. Já a interpretação dos achados permitiu a elaboração da construção narrativa do fenômeno estudado, a partir de análise da unidade de contexto, a qual se concretiza a partir da triangulação entre o contexto histórico, opções teóricas e hipótese de investigação, tal como proposto por Cardoso e Vainfas (1997). Portanto, a análise ocorreu em

consonância com o método histórico no sentido de elucidar o objeto de estudo.

Em se tratando das buscas pelos achados que se deram a partir de visitas *in loco*, foram realizadas idas ao Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR e ao Arquivo Público de Alagoas (APA), com o intuito de identificar documentos legíveis e aptos para a inclusão na pesquisa conforme os critérios de inclusão e exclusão que foram estabelecidos.

Para realização da visita ao HEPR, precedeu-se o contato com a direção docente assistencial, que recebeu o projeto de pesquisa e mediu o contato junto aos setores da instituição. Foi solicitado pela direção que houvesse a sinalização de quais setores seriam necessários para realização das buscas, sendo então indicados os seguintes: Assistencial, Patrimônio, Educação Permanente e Assessoria de Comunicação da própria direção docente assistencial. Após autorização, a visita foi realizada no dia 03 de janeiro de 2024, possibilitando a produção de registros iconográficos a partir da identificação de objetos imbricados ao recorte espaço-temporal da pesquisa.

Quanto às buscas no Arquivo Público do Estado de Alagoas, inicialmente foi utilizado o catálogo de documentos da instituição, por acesso online, para seleção prévia dos documentos a serem apreciados. Feito isto, marcou-se uma visita ao acervo com sinalização dos documentos e materiais a serem consultados e motivo da visita. Após autorização da visita, procedeu-se a investigação, leitura detalhada e análise dos documentos, aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, com posterior armazenamento e identificação. Vale ressaltar que todas as medidas para conservação e preservação dos documentos foram rigorosamente utilizadas, tais como, o uso de luvas, máscaras, recurso de captura de imagem sem uso de flash, bem como o respeito às demais orientações advindas do APA.

1.7 Aspectos éticos

Por não haver envolvimento direto com seres humanos e o conteúdo analisado ser considerado de domínio público, dispensou-se a necessidade de apreciação por comitês de ética, conforme sustentado na Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016, normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais e na Lei n. 12.527/2011, de acesso à informação.

Registra-se ainda, como forma de reconhecimento pelos serviços prestados à sociedade e a comunidade acadêmica, a importância do Arquivo Público de Alagoas e da Biblioteca Nacional digital como instituições que contribuem diretamente para o avanço da ciência e da pesquisa histórica no Brasil. Ademais, torna-se expresso, o comprometimento de publicizar os resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 2: A LOUCURA EM ALAGOAS - ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA PORTUGAL RAMALHO

As ideias de Michel Foucault explicitam a narrativa da sempre atração do homem pela loucura, embora em perspectivas distintas a cada época histórica; primeiro para construir casas de internação e tornar isolado este sujeito destituído de sanidade, depois parece querer expulsá-lo para longe da sociedade, e por fim, este homem, figura da loucura, ora expulso da sociedade, agora é trazido ao seu encontro, mas sob outra perspectiva, como se a sociedade pudesse controlá-lo de perto (Foucault, 1972).

É situado no contexto desta última que pode-se dizer que está o ponto de partida para o que este capítulo se propõe: traçar a conjuntura da loucura em Alagoas de modo a compreender o período que antecedeu a criação do Hospital Colônia Portugal Ramalho.

A compreensão da conjuntura sociopolítica da Alagoas deste momento inclui a evidência de que o território vivia o chamado período democrático (1946-1964) com mudanças tidas como atrasadas e lentas quando comparadas ao que se passava na maior parte do país (Carvalho, 2015). No aspecto da institucionalização da loucura, esse atraso se desenhava antes dessa temporalidade histórica, a exemplo do lapso temporal entre o primeiro manicômio/hospital psiquiátrico do Brasil em 1852 - o Hospício de Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, e a criação do primeiro asilo para loucos na Província de Alagoas, em 1887 – o Asylo de Alienados depois denominado de Asylo de Santa Leopoldina.

Embora o retrato do processo de institucionalização da loucura em Alagoas revele o atraso em que se deu quando em comparação com outras localidades, não fugiu em adequação ao modelo concebido para a intervenção na loucura – o modelo manicomial.

A construção do Hospício de Pedro II em 1852, depois denominado Hospital Nacional de Alienados, abriu caminho para uma nova premissa à ser adotada pelas províncias do país: “Aos loucos, o hospício”, embora o tratamento de pacientes com problemas mentais por médicos especializados só tenha iniciado de fato nos primeiros anos do século XX. O que significa dizer que até esse momento, o papel que as instituições como essa cumpria era o de recolhimento daqueles que perturbavam a ordem da cidade, incluindo epiléticos e bêbados (Figueirêdo, 2014).

Por muito tempo, e de modo anterior a existência de uma instituição em Alagoas como representante dessa influência da citada premissa instaurada no Brasil, a Cadeia Pública funcionou como asilo para loucos, até decidirem separar alguns cubículos na parte mais afastada do edifício para aprisionar, exclusivamente, os alienados recolhidos, sendo então denominado,

extraoficialmente, de “Asylo da Cadeia” ou “Asylo de Alienados”. Nessa prisão, os loucos eram submetidos a acorrentamentos e maus-tratos que reduziam sua existência à nada. Eram pequeníssimas células nas quais estocavam mais pessoas do que o possível, e todas dormiam no chão, seja diretamente no pavimento ou sobre esteiras de palha, pois se tratava de uma época em que a perspectiva do tratamento era inexistente.

Foi somente a partir da iniciativa de um advogado e político alagoano, Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, que se conseguiu erguer um prédio em frente ao cemitério da época para internar os loucos da cidade de Maceió, com apoio do Estado e através de escassas verbas e doações de subscrições populares. Leite e Oiticica relata a consternação e o choque que sentia ao presenciar, diariamente, cenas grotescas de pessoas loucas andando acorrentadas pelas ruas para serem aprisionadas na Casa de Detenção de Maceió, misturados aos “devassos e criminosos”. O sentimento de descontentamento levou-o a lutar pela criação de um local próprio para esses “desgraçados” que tiveram o “azar” de perder a razão (Leite e Oiticica, 1914).

O local foi inaugurado em 15 de maio de 1887, o que só foi possível depois de uma arrecadação em subscrição no jornal “O Alagoas”. Foi doado um prédio abandonado em frente ao cemitério para erguer o asilo de loucos, mas, como o dinheiro adquirido era insuficiente, ao invés de demolir e edificar um novo prédio, mais seguro e bem dividido, foram feitas pequenas reformas para restaurar o prédio antigo. Portanto, o plano inicial foi por água abaixo, todas as propostas de cômodos tiveram que ser adaptadas à situação presente. Inaugura-se então uma instituição já com extremas carências e insalubridades apresentadas no prédio, com quartos pequenos e sem camas para os loucos, com inexistência de cozinha, enfermaria e farmácia para o tratamento e cuidados aos pacientes, ou sequer a presença de banheiros com duchas e água encanada.

Em 1889, o asilo estava tão superlotado, como era comum nos asilos existentes no país, que foi obrigado a fechar as portas aos novos pedidos de internamento, deixando os loucos recém-recolhidos aprisionados na Casa de Detenção. Foi então que o presidente da província, Aristides Augusto Milton, convidou Leite e Oiticica a participar da construção de um novo edifício para funcionar como asilo, porém agora recebendo o nome de Asylo de Santa Leopoldina, pois era o nome de sua progenitora.

Embora nesse momento o estado de Alagoas se comprometesse publicamente com a estruturação do asilo, pouco foi o valor destinado para o serviço completo, fazendo com que houvesse necessidade de paralisação das obras além de arrecadação de doações públicas. Com

as obras mal concluídas, o Asylo teve sua (re)inauguração realizada às pressas, faltando reboco e pintura de paredes internas e externas, para servir de feito político para Aristides Augusto Milton, que estava prestes à deixar o cargo de Presidenteda Província.

Mais tarde a história se repetiria com uma nova instituição, o Hospital Colônia Portugal Ramalho, com sua criação marcada pela existência de duas inaugurações, consolidando o enredo histórico da complexa relação entre a institucionalização da loucura e o jogo de interesses envolvidos e malabarismos administrativos para possibilitara exposição de feitos políticos diante da sociedade civil.

Durante toda sua existência o Asylo foi palco de descaso e abandono, com farmácia e enfermaria improvisadas além de carências significativas de recursos e instalações próprias, sem profissionais especializados no cuidado e tratamento dos loucos, contando basicamente com um médico que também exercia a função de diretor. A insalubridade constante e a incessante necessidade de obras acarretava fortemente no adoecimento dos asilados, através de incessantes epidemias, responsáveis pela alta taxa de mortalidade no local.

Este último cenário muito se aproxima da história da loucura em todo Brasil, já que no contexto geral vivenciava-se discussões sobre a legitimidade do Estado em intervirnos assuntos da loucura e dos loucos, justificada, entre outros motivos, pela preocupação com epidemias de febre amarela, varíola e tifo, por exemplo, que traziam questões das quais a saúde pública preventiva e a psiquiatria tiveram que trabalhar juntas, pois os manicômios acumulavam essas doenças (Amarante, 2014).

Partilhando dessa realidade, o Asylo sobreviveu por quase 64 anos, com a inegávelbaixa qualidade de vida e a estrutura tão miserável que levou alguns loucos a destruírem as paredes com as mãos nuas para se evadir do asilo, embora tenha sido comparado a hospitais psiquiátricos, e até veiculado desta forma na época, como evidenciam os recortes abaixo:

Justiça e Interior. Em Recife há uma Casa de Saude particular, dirigida por especialistas. Está em construção, sob o patrocínio do Serviço de Higiêne Mental, uma escola para anormais. Alagoas: Conta com o Hospital "Santa Leopoldina," de péssima localização no centro de Maceió. Antiquado, em precárias condições materiais, pertence ao Estado que o mantém com dificuldade. Sergipe: até agora o Estado abriga os seus doentes mentais em uma secção da Penitenciária

Fac símile: Análise de Dr. Waldemiro Pires a respeito do diagnóstico da assistência psiquiátricaprestada pelos Estados brasileiros. Boletim da Repartição Sanitária Panamericana no mês de out. 1939, pág. 923 OPAS.

CONCLUSÕES — Do exposto acima, três conclusões podemos tirar:

- 1.^a) São velhas e inusitadas as instalações do HOSPITAL SANTA LEOPOLDINA, único órgão de assistência a psicopatas em Alagoas, não oferecendo conforto aos doentes internados;
- 2.^a) Sob o ponto de vista técnico, apesar das péssimas instalações, o HOSPITAL SANTA LEOPOLDINA pôde ser comparado aos demais hospitais psiquiátricos do país;
- 3.^a) Há necessidade urgente de ser construído o HOSPITAL-COLONIA, de acordo com a planta e os dados fornecidos pela DIVISÃO DE ASSISTENCIA A PSICOPATAS, sabidamente dirigida pelo Dr. Valdemiro Pires, para que melhor possamos assistir e tratar os nossos pobres isanos.

Maceió, 10 de fevereiro de 1940.

Fac símile: Trecho de relatório denominado “A assistência a psicopatas em Alagoas”. Alagoas, 1940.

As duas fontes tornam possível depreender aspectos importantes da insalubridade instaurada que permeou a existência da instituição. O segundo recorte, por sua vez, merece aqui uma retomada de modo mais aprofundado, isso porque pertence a um importante relatório da época, denominado de “A assistência a psicopatas em Alagoas” -escrito pelo Dr. Rocha filho, diretor do Hospital Santa Leopoldina ao Dr. Reinaldo Fama, responsável pela Diretoria de Saúde Pública.

O material datado de 1940, descreve um ambiente com características marcantes que compuseram o enredo da necessidade de criação do Hospital Colônia Portugal Ramalho. Dentre os apontamentos no relatório, alguns são cabais para análise à luz das ideias de Foucault, a exemplo do trecho em que o diretor remete-se a orientação terapêutica dita como “a mesma seguida nos anos anteriores, quase exclusivamente química”.

As deficientes instalações eram dadas como a principal justificativa para a impossibilidade do ensaio de outros métodos de tratamento que tornassem possível atingir plenamente a finalidade do manicômio: “bem assistir e tratar aqueles que tiveram a desdita de adoecer mentalmente, procurando reajustá-los ao meio social de onde vieram”. O que se explicita no escrito de Dr. Rocha Filho é a prova viva do que Foucault chamou de “regime de articulações entre medicina e moral”, o mental como objeto de intervenção. A terapêutica, quase exclusivamente química, é na narrativa apenas o dispositivo para aquele momento, imbricado da

internalização moral.

Todo domínio objetivo sobre a loucura, todo conhecimento, toda verdade formulada sobre ela será a própria razão (Foucault, 1961). Assim sendo, a terapêutica utilizada no Asylo Santa Leopoldina, assim como mais tarde os dispositivos utilizados no Hospital Colônia Portugal Ramalho, são partes da mesma definição, são a materialização da própria razão recoberta e triunfante, o desenlace da alienação.

É importante traçar aqui que o desenlace da alienação no cenário Brasileiro diante da superlotação também existente em outras instituições se deu de diferentes formas, não tendo sido todas vivenciadas no território alagoano, a exemplo das colônias agrícolas. Estas proporcionavam um espaço propício à praxiterapia dos asilados na pecuária, horticultura, agricultura e artesanato, consideradas como um dos instrumentos eficazes no convencionado "tratamento moral" dos alienados, preceito do alienista Philippe Pinel (Venancio, 2011).

Muitas vezes as colônias agrícolas possuíam regulamentos que previam somente a admissão de alienados que a juízo dos médicos fossem considerados aptos ao trabalho. Mesmo com a concepção de reabilitar através do trabalho, os asilados chamados criminosos não seriam admitidos, e os não indigentes ingressavam apenas com a permissão familiar (Venancio, 2011).

É importante mencionar a perpecção de Foucault sobre o trabalho realizado no asilo; narrava como despojado de todo valor de produção, imposto a título de regra moral pura; limitação da liberdade, submissão à ordem, engajamento da responsabilidade com o fim único de desalienar o espírito (Foucault, 1979).

No cenário Alagoano a transição se deu do modelo de Asylo para o Hospital-Colônia. Depreende-se dessa seção a compreensão de que o primeiro nunca possuiu subsídio para funcionar como uma instituição tão importante como o título que o determinou na história: o primeiro e único asilo para loucos à sua época. Embora a virada para o século XX tenha sido acompanhada por avanços em relação à loucura, Alagoas não seguiu esse quadro, ao contrário manteve-se imerso em um cenário de profundas indiligências, que compuseram o momento propício para a inauguração do Hospital Colônia Portugal Ramalho, cerne da discussão do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL PARA CRIAÇÃO E INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL PORTUGAL RAMALHO

O ponto de partida deste capítulo concentra-se na formação sócio-histórica e política de Alagoas deste período, tendo em vista a já iniciada compreensão de como a institucionalização da loucura em Alagoas se deu sempre imbricada do jogo político, ora sendo influenciada pelos aspectos dele, ora servindo como materialização, feito dos atores deste, em determinada época.

A segunda metade do século XX, na qual se deu a criação do Hospital Colônia Portugal Ramalho, foi marcada por um crescimento eleitoral, que exemplificado pelo anode 1950 teve um aumento de 10%, chegando a 13% de votantes na população. Se visualizado sob a ótica da atualidade, o crescimento pode parecer insignificante, mas se comparado ao começo do século, esse panorama já alterava fortemente o controle do quadro da época: o poder político sistematicamente dado as mesmas figuras, os chamados “currais eleitorais” que representavam a base da política local (Carvalho, 2015).

A narrativa da conjuntura do estado nesses tempos descortina a existência de dois blocos-históricos antagônicos que disputavam o poder do estado, e embora heterogêneos do ponto de vista de suas composições partidárias, mantinham-se, cada qual, coesos por ideais que seguiam a tendência do embate que se verificava igualmente no cenário nacional: bloco conservador *versus* populista-trabalhista (Zaidan, 2010).

Essa disputa marcava a instabilidade política e tinha nas eleições para governador a representação do seu maior momento, dado o confronto pela hegemonia política no estado. Era nesse cenário de disputa pelo poder, que todos os grupos, instituições e lideranças se posicionavam diante das eleições. O ambiente democrático deste período, com o aumento de votantes na população possibilitou a alternância de dois governos paracada bloco, representados por nomes que compõe e entrelaçam-se com a própria história de criação e dos primeiros anos de funcionamento do Hospital Colônia Portugal Ramalho. Silvestre Péricles, entre 1947 e 1951; Arnon de Mello, entre 1951 e 1955; Muniz Falcão, entre 1956 e 1960; e Luiz Cavalcante, entre 1961 e 1965.

Retrocedendo alguns anos no tempo, e para melhor compreender os caminhos que levaram a existência do Hospital Colônia, parte-se do Decreto-Lei nº 8.550, de 3 de janeiro de 1946, que autorizava o Ministério da Educação e Saúde a celebrar acordos visando a intensificação da assistência psiquiátrica em todo território nacional. A publicação deste documento tinha um importante argumento para estimular a construção de hospitais e a execução

de melhorias nos serviços psiquiátricos.

O oferecimento desses recursos federais associados ao quadro de profunda indiligência do único modelo de estabelecimento para tratamento aos alienados no estado de Alagoas, o Asylo de Santa Leopoldina, levou a tomada da iniciativa por parte de Silvestre Péricles, para construção do novo hospital. O governador deixaria o cargo em 31 de janeiro de 1951, mas não sem antes inaugurar a instituição, apesar do seu atraso na construção e entrega em estado de inconclusão estrutural. Diante do jogo político demarcado, o feito precisava acontecer, e assim, 16 dias antes da posse do novo governador e adversário – Arnon de Melo – a placa de mármore foi descerrada no dia 15 de janeiro de 1951, com as seguintes informações:

*Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho — Para Doentes Mentais.
Coop. Dos Governos Federal e Estadual Presidente da
República: General Eurico G. Dutra Governador do
Estado: Ministro Silvestre Péricles Engº Construtor:
Edson Lobão Barreto
Engº Fiscal: Everaldo de Oliveira Castro 1951.*

O Jornal de Alagoas de 16 de janeiro de 1951, noticiou o evento informando à população que a construção custou Cr\$ 3.213.000,00 e que o governo estadual participou com Cr\$ 800.000,00 e com a cessão do terreno. O ato inaugural contou com a presença e fala de Edson Lobão Barreto (engenheiro responsável pela construção do prédio), do governador Silvestre Péricles, do Dr. Gilberto Costa Carvalho que representou o departamento Nacional de Saúde, do Dr. Mário Morceff, representando o Serviço Nacional de Doenças Mentais, além do Dr. Clemente Magalhães da Silveira, que foi quem historiou sobre o Dr. Manoel Portugal Ramalho, médico que deu nome a instituição.

Manoel Portugal Ramalho foi um médico Alagoano nascido em 11 de setembro de 1881, além de medicina, cursou farmácia no estado da Bahia. Sua atividade médica teve a primeira informação veiculada no jornal da época – Gutenberg – em 26 de junho de 1908, indicando seu auxílio em um procedimento cirúrgico na Santa Casa. É também nos recortes de jornais que se encontram descritos momentos importantes sobre sua trajetória: anúncio de inauguração de sua clínica médica, sua ida e depois seu regresso do extremo norte do país, seu alcance de *status* à Capitão Cirurgião do 1º Regimento de Artilharia de Campanha do 5º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional em Maceió (Ticianeli, 2020).

Ainda compondo parte da relevante trajetória que mais tarde justificaria a homenagem a

seu nome na instituição psiquiátrica o Dr. Manoel Portugal Ramalho foi responsável pela montagem do Laboratório de Bacteriologia do Estado e dos laboratórios de Química e de Análise em Geral. Faleceu na capital alagoana no dia 10 de dezembro de 1914, vítima de Peste Bubônica, após ser contaminado acidentalmente no laboratório. Quando morreu era Bacteriologista da Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de Alagoas (Ticianeli, 2020).

Há relatos de que pairam até os dias atuais dúvidas sobre quem era o Portugal Ramalho que deu nome ao Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho, isso porque o irmão do médico, o militar José Portugal Ramalho teve grande destaque na maior parte de sua vida profissional no estado de Alagoas, tendo sido, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel, General de Brigada, comandante de Guarnição Federal, Chefe da 20ª Circunscrição de Recrutamento em Maceió, tendo falecido em 12 de março de 1973.

Como já citado anteriormente, o Dr. Clemente Magalhães, que esteve presente no primeiro ato inaugural da instituição em 1951, era filho do comerciante e senador Clemente Magalhães da Silveira contemporâneo do Dr. Manoel Portugal Ramalho, nascido em 1881, conviveu com ele. Acredita-se que foi essa relação de amizade que tenha levado o Dr. Clemente a propor a homenagem ao seu colega, dando ao hospital o seu nome.

Outra narrativa é a de que o então governador, Silvestre Péricles tenha atendido a um pedido do comandante da Guarnição Federal e homenageado seu irmão médico, Dr. Manoel Portugal Ramalho, já que o comandante era próximo do governador, sendo um dos nomes cotados para sucedê-lo (Ticianeli, 2020).

A indagação sobre quem de fato deu nome ao Hospital perpetuou-se ao longo da história da instituição, sendo motivadora da elaboração de um concurso interno para conhecer mais sobre o homenageado. Nas vésperas de 50 anos de existência da instituição, em 2006, o concurso foi lançado na solenidade de inauguração de um auditório e biblioteca.

Com o olhar atento e retornando ao contexto geral da época de inauguração da instituição, afirma-se à luz do referencial teórico, que a psiquiatria do Brasil nesse momento fazia suas vítimas. O Hospital Colônia Portugal Ramalho, sob a ótica do que Foucault considera na teoria da loucura, representa à sua época, mais uma parte na narrativa da exclusão, mais uma linha na composição do limite que distingue a sociedade normal e os anormais, mais um traço na narrativa da maneira como tratados técnicos e práticas, agora sob muros institucionais, aspiram e constroem validade científica para garantir, através da gestão das margens, a perpetuação da norma.

Ainda assim, já havia nesse momento, vanguardistas do que anos mais tarde viria a compor as bases da reforma psiquiátrica. Já nos anos de 1940, isto é, 6 anos antes do Decreto-Lei nº 8.550, de 3 de janeiro de 1946 que viabilizava melhorias na assistência através da cooperação Governo Federal-Estados, a psiquiatra Alagoana Nise Magalhães da Silveira questionava os maus-tratos impingidos pela sua área de atuação aos doentes mentais, no então Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro. Nise transformava neste mesmo período o desprestigiado Setor de Terapia Ocupacional em espaço privilegiado de ressignificação do lugar da loucura, permanecendo no serviço por 28 anos (1946-1974), (Oliveira, 2011).

Pioneira no campo da psiquiatria brasileira, as ideias da Alagoana, parecem não compor o enredo da assistência dos primeiros anos no Hospital Colônia, o que pode ser explicado, entre outros aspectos, pela forma atrasada com a qual o estado acompanhava, nos diversos âmbitos, o que se passava no país, demorando a conhecer elementos de mudanças reais.

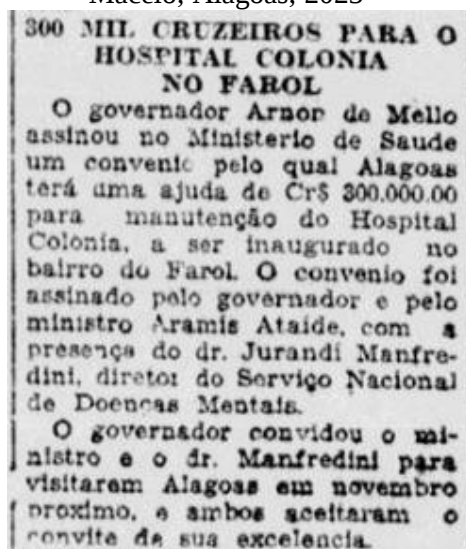
Embora o pioneirismo de Nise da Silveira e a assistência com novas técnicas de intervenção terapêutica possam ser considerados como parte importante na composição de bases para a reforma psiquiátrica, é essencial o registro de que há diferenças conceituais/ideológicas enfáticas entre o que Nise realizava à sua época, e o que de fato se tornou a Reforma Psiquiátrica. A articulação dessas ideias pode levar a uma compreensão de um movimento restrito a transformações técnico-assistenciais no campo institucional psiquiátrico, que embora inbuísse o cotidiano interno com elementos de “reforma”, permanecia produzindo a disciplina da docilização dos corpos teorizada por Foucault, e pautando tutela, custódia, cerceamento, triunfo, e gestão sob a loucura, características que Erwing Goffman denominou de instituição total.

Toda essa noção anterior viria a ser confrontada com um novo ideal de Reforma Psiquiátrica como um processo muito mais complexo, a começar pela dimensão epistemológica em que se idealiza revisão e reconstrução da psiquiatria e da saúde mental, com múltiplas dimensões em que a institucionalização perde espaço em todas elas, e vislumbra-se a construção de um lugar social para a loucura, uma ruptura com o modelo manicomial (Amarante, 2018).

Retomando ao Hospital Colônia Portugal Ramalho como parte nesse modelo, apesar de já inaugurado, após a posse de Arnonde Melo, a instituição teve suas obras paralisadas, e conforme o recorte abaixo, foi citado nos jornais em 30 de outubro de 1955, quando, foi comunicado na mídia sobre a efetivação de convênio entre o Estado de Alagoas e o Ministério da Saúde, assinado pelo governador Arnon de Mello e pelo ministro Aramis Ataíde pactuando uma ajuda financeira de Cr\$ 300.000.00 para manutenção da instituição a ser inaugurada no

bairro do Farol. O texto registra ainda quem estava presente no momento da assinatura: Dr. Jurandi Manfredini, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais à época.

Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00248 datado de 30 de outubro de 1955.
Maceió, Alagoas, 2023



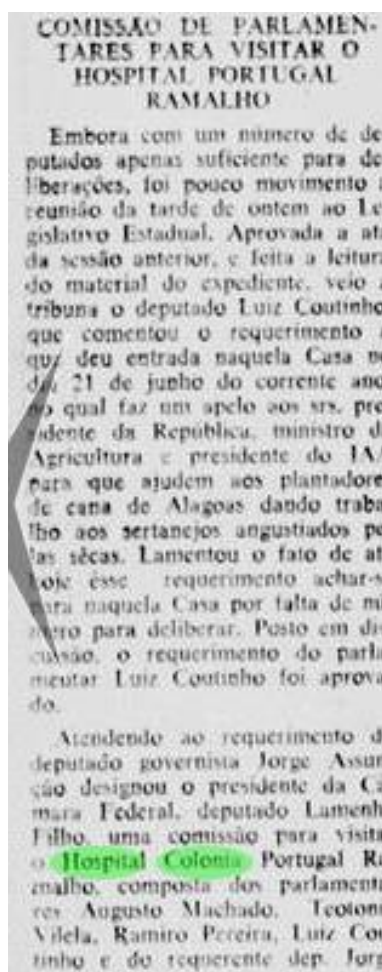
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Não diferente do realizado por Silvestre Péricles, Arnon deixou para reinaugurar o Hospital Colônia e dar início ao seu funcionamento no final do seu governo, em 4 de janeiro de 1956, fenômeno social que será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: A PRIMEIRA DÉCADA DO HOSPITAL COLÔNIA PORTUGAL RAMALHO – DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ORDENADORA DA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

O início do funcionamento do hospital não se distanciou do enredo da complexa relação entre a institucionalização da loucura e o jogo de interesses que possibilitava a exposição de feitos políticos diante da sociedade civil já mencionados anteriormente, se outrora a construção e o processo de inauguração foi espetacularizado, agora era o funcionamento da instituição que tornava-se palco para visita de figuras políticas, como se explicita no recorte abaixo, em que cerca de seis meses depois da inauguração, informa-se sobre a designação, por parte do presidente da Câmara Federal, de uma comissão para visitar o Hospital Colônia Portugal Ramalho, indicando ainda o nome dos parlamentares destinados à tarefa.

Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00162 datado de 15 de julho de 1956.
Maceió, Alagoas, 2023



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Muitos eram os aspectos que tornavam-se parte neste enredo da mediatização e do jogo político, tendo destaque os assuntos sobre os investimentos na estrutura física da instituição. Antes porém de adentrar na explanação desta particularidade, é interessante narrar o contraste com o qual se deu o estabelecimento das instituições de assistência psiquiátrica do setor particular, estas seguiram o modelo argentino, instalações em espaços amplos que outrora foram casarões pertencentes à grandes famílias ricas, que vendiam suas residências e as viam sendo transformadas em clínicas psiquiátricas. Primeiro e de modo anterior ao Hospital Colônia Portugal Ramalho, A Casa de Saúde Miguel Couto em 1947, e as demais: a Clínica de Repouso Dr. José Lopes em 1961 e a Casa de Repouso Ulisses Pernambucano em 1968, todas no bairro de Bebedouro. (Ribeiro, 2012; Albuquerque, 2015).

A figura elaborada abaixo torna possível a visualização da disposição das instituições psiquiátricas mencionadas, é perceptível a característica comum de estarem entre estrada principal e densa vegetação e lagoa. A observação é importante por materializar a intenção de marginalização social descrita por Foucault em *História da Loucura*, o autor nomeia a estratégia como tipologia recorrente, característica que acompanha espaços de apoderamento da loucura ao longo de toda evolução da história, implantar hospitais psiquiátricos entre rios, montanhas, mares, ou qualquer artifício natural que impeça o acesso físico ou visual dessas instituições (Foucault, 1975).

Existiu, desde a sua inauguração, estruturas externas e internas do Hospital Colônia Portugal Ramalho, que também podem ser mencionadas como composição dessa tipologia arquitetônica tratada por Foucault e retratada na instituição alagoana: barreiras totais nos limites da edificação, como muros e portões. Além de dispositivos como grades para limitar o local dos loucos, que existiu por muitos anos na instituição, garantindo o caráter totalitário do isolamento social, também nomeado por Goffman como a primeira forma de mutilação do eu (Goffman, 1961).

Espaços da institucionalização da loucura em Alagoas – 1947 a 1968

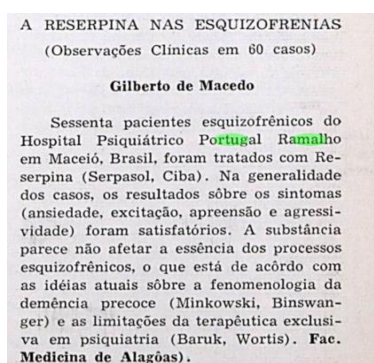


Fonte: Elaboração própria via Google Earth, 2024.

Para além da estrutura física da institucionalização da loucura, convém contextualizar o diagnóstico da assistência psiquiátrica que se estabelecia no cenário nacional, este era composto pela falta de uniformidade entre os estados brasileiros, classificados como: os estados que não prestavam assistência a seus doentes (Sergipe, Goiás e território do Acre); os que ofereciam uma assistência rudimentar, sem tratamento diferenciado e especializado (Mato Grosso, Espírito Santo e Piauí); os que prestavam alguma orientação especial, ainda que a assistência fosse considerada bastante deficiente (Aqui incluído o estado de Alagoas ao lado de Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, e Santa Catarina); os que ofereciam assistência especializada, mas ainda reduzida (Paraíba, Pará, Bahia e Rio de Janeiro); e os que assistiam seus doentes com base nos métodos psiquiátricos considerados mais modernos e preocupados com a prevenção (Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais) (Pereira, 1992).

Embora elencado numa classificação de atrasos ao que se considerava moderno do ponto de vista assistencial, houveram aspectos que contrastaram esse status recebido. A exemplo do que se deu em relação ao tratamento da loucura com psicofármacos, a terapia medicamentosa que acontecia no Hospital Portugal Ramalho não só acompanhou os avanços da época, como se destacou ao realizar e publicar observações clínicas.

A década de 50 marcou a inauguração da era dos fármacos psicoativos que passaram a ser empregados no tratamento dos doentes, o então Diretor e médico do hospital na época, Gilberto de Macedo, assinou a publicação na revista Ciência e Cultura em 1958, relatando observações clínicas em sessenta pacientes esquizofrênicos com o uso de Reserpina, nomeando a publicação como “A Reserpina nas Esquizofrenias”, ele descreveu de modo conciso que os resultados foram satisfatórios. A utilização da medicação era ainda considerada inédita, pois a substância foi isolada pela primeira vez em 1952 e apenas em 1954 os comprimidos foram colocados no mercado (Moreira, 2007).



Fac símile: Publicação do dr. Gilberto de Macedo na Revista Ciência e Cultura (SP) Edição 00003 datada de Setembro de 1958

A publicação, compõe parte do retrato estabelecido internamente no hospital, é o próprio enredo que anacronicamente Foucault denominava como apoderamento da loucura pelo saber médico. A prática psiquiátrica materializada no uso e observação de Gilberto de Macedo, era não só uma resposta às condições sócio-históricas, mas também peça na mudança de percepção social da loucura, se consolidando como reduzida à categorização médica, que não só era capaz de agir para ordenar espaços urbanos mas também disciplinar, docilizar corpo e mente, curar.

Aos poucos, se desdobrava a passagem dos anos na primeira década da instituição no cenário alagoano. Enquanto isso, o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), órgão máximo na assistência aos psicopatas no Brasil, sob a direção do professor Jurandyr Manfredini, lamentava a gravidade da situação de hospitais e ambulatórios de higiene mental em diversas unidades da federação e divulgava informações sobre a assistência em todo o território brasileiro (Jornal do Commercio, RJ, 1964).

Especificamente sobre o estado de Alagoas, a matéria intitulada “Cada paciente tem verba de quatro mil cruzeiros” referente ao ano de 1963, divulgava que dentre os 28 hospitais cadastrados no SNDM naquele ano, o Hospital Colônia Portugal Ramalho havia realizado 5.114 consultas, sendo 1.663 homens e 3.481 mulheres (Jornal do Commercio, RJ, 1964).

A matéria ainda discorria sobre a relação de doentes atendidos segundo diagnóstico, nacionalidade, sexo e idade, detalhamento sobre quais eram os números em relação ao quadro de psicoses, esquizofrenias (que registrava o crescimento mais expressivo e disseminado entre os estados), psicose maníaco-depressivas e neuroses. Também compunha o relato a descrição de quais tratamentos estavam sendo adotados nos estados. Para os 17 que forneceram essa informação, foi unânime a utilização de eletro-choque e outras terapias exclusivamente químicas, tal qual se dava no Hospital Colônia Portugal Ramalho (Jornal do Commercio, RJ, 1964).



Aparelho de eletroconvulsoterapia identificado no Hospital Portugal Ramalho.

Foi ainda no ano de 1964 que o Ministério da Saúde, por meio do gabinete do então ministro Oliveira Brito, anunciou um plano para elaboração de programas que fossem realmente adequados às necessidades e possibilidades no campo da assistência aos psicopatas. A política sanitária em destaque explicitava que se apoiaria nos seguintes princípios: 1 – promoção de programas de menor custo e que beneficiassem o maior número possível de pessoas; 2 – utilizar ao máximo as conquistas da ciência e da tecnologia; 3 – estabelecer uma política de estudo e pesquisa dos problemas, visando encontrar a melhor forma de aplicar recursos tecnológicos do ponto de vista da organização; 4 – recrutar e formar pessoal qualificado de todos os níveis de atenção (Jornal do Commercio, RJ, 1964).

Esse devir operacional estabelecido em meados da primeira década de funcionamento do hospital, parece ter sido fundamental para alterações que viriam a ocorrer a partir dali, como por exemplo ampliações estruturais e compras de material para administração e assistência. Era comum encontrar nos jornais da época notícias informando sobre pequenas reformas e incorporações tecnológicas na estrutura dos hospitais psiquiátricos de cada estado, de modo a prestar contas sobre a efetivação do plano alinhado.

A fonte abaixo concretiza essa compreensão, ao publicar um acontecimento muito relevante para a época – a instalação de um telefone no Hospital Colônia Portugal Ramalho. A relevância se dá inclusive pelo fato de que sua instalação foi requerida por um deputado e solicitada pela assembleia legislativa, para que a secretaria de saúde assim o fizesse.

Recorte do O Jornal (RJ) Ano 1964 edição 13369 datado de 23 de dezembro de 1964.
Maceió, Alagoas, 2024



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Aos poucos, construía-se a história do Hospital Colônia Portugal como instituição ordenadora da assistência aos loucos no cenário alagoano da época. Em 1969, não por acaso marcando os antecedentes imediatos do que aqui se nomeia como a década de grande visibilidade

da instituição, o maior jornal do nordeste, o Diário de Pernambuco, publicava sobre o discurso de Lamenha Filho, a prestação de contas pela passagem do terceiro aniversário do seu governo. Nele, o político mencionou como uma das metas alcançadas no setor da saúde pública, a criação de uma clínica psiquiátrica no Hospital Portugal Ramalho, indicando seu orçamento em 300 mil cruzeiros novos.

Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00217 datado de 19 de Setembro de 1969. Maceió, Alagoas, 2024



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Notícias como essa viriam a se tornar comum, inaugurando os anos em que, agora ainda mais que antes, a única instituição pública gerindo a loucura no estado de Alagoas ganharia destaque nas páginas dos jornais. Ao longo de toda a década de 70, os jornais narrariam reformas,

ampliações, firmação de contratos, conflitos internos, treinamentos profissionais, mudanças na terapêutica e outros aspectos que tornaram possível definir o midiático retrato histórico da era de maior visibilidade da instituição, considerando o recorte aqui analisado, aspectos que serão explorados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5: A DÉCADA DE 1970 – O MIDIÁTICO RETRATO HISTÓRICO DA ERA DE MAIOR VISIBILIDADE DO HOSPITAL PORTUGAL RAMALHO

Seguindo a construção da narrativa na certeza da importância de compreender os contextos político e social dominantes como determinantes e imbricados no acontecer histórico, faz-se aqui um mapeamento de como a loucura aparecia categorizada nas normativas burocráticas brasileiras em vigor, uma vez que elas explicitam a forma como a loucura estava sendo considerada pelo Estado, legitimando o lugar social do louco em determinado momento histórico.

Assim, estava em vigor o Decreto n.º 60.252 de 1967 que instituiu a Campanha Nacional de Saúde Mental, e o Decreto n.º 66.623 de 22 de maio de 1970, que dispunha sobre a organização do Ministério da Saúde, estabelecendo uma Divisão Nacional de Saúde Mental (DNSM). Além disso, vigorava a Lei n.º 3.071/1916 do Código Civil e o Decreto-Lei n.º 2.848/1940 do Código Penal, que embora não alusivos de modo específico à saúde, se referiam à loucura em partes de seus escopos teóricos.

O Decreto n.º 60.252/1967 destinava a Campanha Nacional de Saúde Mental para à assistência, ao tratamento e reabilitação de psicopatas; à promoção e realização de atividade de psiquiatria preventiva, através de campanhas de higiene mental e de combate aos fatores que afetassem a saúde psíquica dos povos; e a medidas de prevenção, combate, tratamento e recuperação do alcoolismo, da dependência e da toxicomania. Já o Decreto n.º 66.623/1970, deixava explícito objetivo da DNSM de “planejar, coordenar, fiscalizar os serviços de assistência e reabilitação de psicopatas assim como os serviços de higiene mental; assistir supletivamente a outros órgãos públicos e entidades privadas na prestação de serviços de proteção e recuperação da saúde mental” (Brasil, 1970).

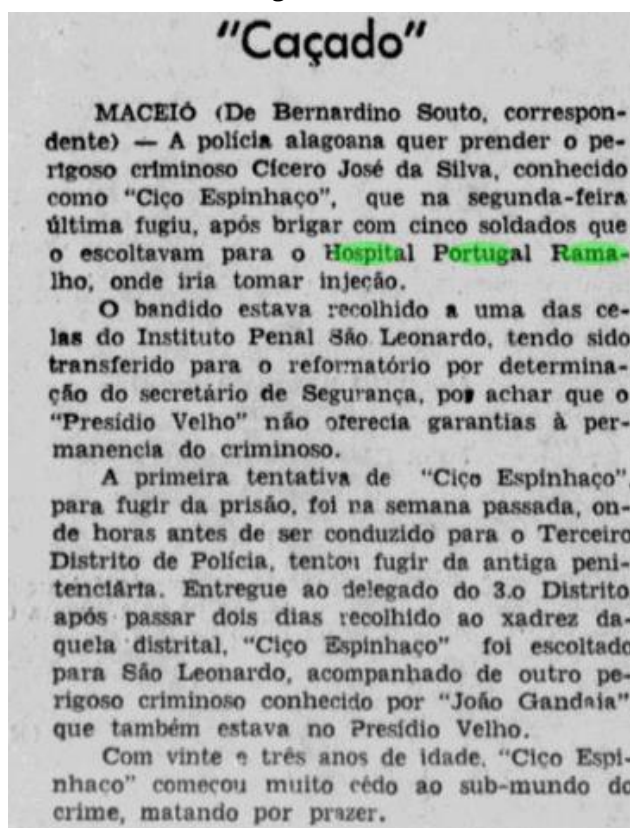
O código Civil de 1916 se remetia aos “loucos de todo o gênero”, determinando-os como “pessoas consideradas absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil” (Brasil, 1916). Dessa forma, entendendo-os como incapazes, determinava interdição, isto é, declaração judicial de sua incapacidade, de modo que isso se inscrevesse no registro público, que poderia ainda sofrer alteração de termo designado, de “louco de todo o gênero” para caso de “loucura furiosa”, quando assim determinasse o Ministério Público.

Em ambas as situações, “louco de todo o gênero” ou “louco furioso”, podia se estabelecer o recolhimento em estabelecimentos adequados, segundo o que estava disposto no Art. 457, sempre que parecesse inconveniente conservá-los em casa ou quando fosse necessário tratamento (Brasil, 1916). No Código Penal a loucura era aludida na seção “Irresponsáveis” e aquele sentenciado de

crime que tivesse atestada sua incapacidade de entender o caráter criminoso de sua ação deveria ser recolhido ao manicômio (Brasil, 1970).

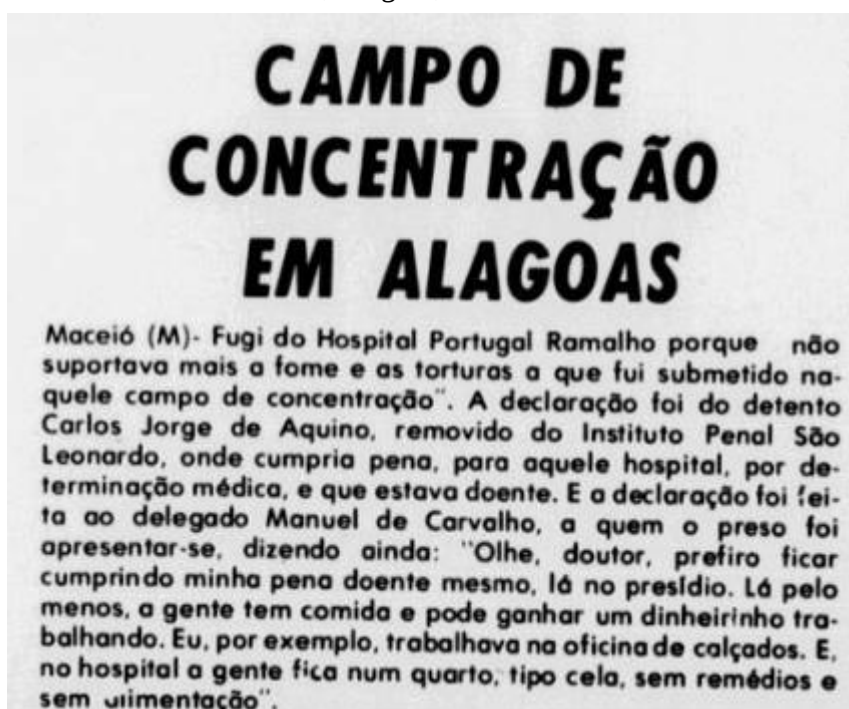
O detalhamento dessas normativas tem a intencionalidade de fazer perceber as simbólicas designações categóricas dadas aos loucos, inseridas nesses documentos e que são parte essencial dos contexto político e social de compreensão do lugar da loucura. Psicopatas, incapazes, loucos de todo o gênero, louco furioso, irresponsáveis – são provas ou reflexos do casamento entre a Medicina e o Direito, casamento que legitimado no papel, transpunha o campo das palavras e se efetivava no cotidiano da história do Hospital Colônia Portugal Ramalho, como revelam as fontes que seguem.

Recorte do Jornal Diário de Pernambuco, Edição 00183 datado de 05 de Agosto de 1970.
Maceió, Alagoas, 2024



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Recorte do Jornal Correio Braziliense (DF), Edição 04240 datado de 05 de novembro de 1973
Maceió, Alagoas, 2024



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

As fontes evidenciam a concretude do casamento entre o Direito e a Medicina. Não por acaso o segundo recorte apareceu na seção do jornal do Correio Braziliense (DF), denominada "POLÍCIA". Em meio as notícias de crimes como furtos, agressões e homicídios, apresenta-se a declaração dada por um detento que havia sido removido de um instituto penal para o hospital por determinação médica. Já a segunda fonte apresentada pode ser considerada emblemática por reunir declarações de um fugitivo do hospital que justificava não suportar mais a fome e a tortura que vivenciava, além de narrar o descontentamento com a rotina em um quarto, tipo cela, sem remédios e sem alimentação.

Esta não seria a primeira vez na história em que uma instituição psiquiátrica no Brasil era comparada aos campos de concentração nazista. Entretanto, o evento que transformou a história dos cuidados em saúde mental no país e que incluiu uma declaração semelhante, só viria a acontecer seis anos depois desse recorte alagoano, denotando a constância histórica de negligências, violências, indignidades e adoção de condutas injustificáveis acontecendo em diferentes instituições pelo território brasileiro.

O evento mencionado trata-se da visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia em 1979, ao Hospital Colônia localizado na cidade de Barbacena, em Minas Gerais; o maior hospital psiquiátrico do Brasil na época. O médico declarou em uma coletiva de imprensa “Estive hoje em um campo de concentração nazista. Em nenhum lugar do mundo, presenciei uma tragédia como esta” (Arbex, 2013).

Muitos eram os elementos na instituição visitada que fizeram com que o psiquiatra recorresse à sua experiência de europeu para designar o que acabava de tomar conhecimento, a exemplo do ‘trem de doido’ – versão brasileira das ferrovias que levavam ao hospital. O constrangimento, a triagem, a fome, a violência, o banho e a humilhação, todos como parte no panorama que aproximou a experiência do Hospital Colônia da experiência concentracionária dos campos nazistas, de sua ética soberana no domínio dos corpos (Souza, 2021)

Para Foucault, eventos como esse podem ser vistos como movimentos que preconcebem na história grandes reformas, não só da prática psiquiátrica mas do pensamento psiquiátrico, se situam em torno da relação de poder, “minorando o direito absoluto da não-loucura sobre a loucura” (Foucault, 1979 p. 127).

Se para o Hospital Colônia de Barbacena (MG) as rudezas e indignidades se explicitaram diante da denúncia de Franco Basaglia e, mais tarde, pelos escritos da jornalista Daniela Arbex no livro “Holocausto Brasileiro”, no Hospital Colônia Portugal Ramalho o que se pode dizer é que a tentativa de “colocar as relações de poder no centro do campo problemático e questioná-las de maneira primordial” (Foucault, 1979) se deu de modo muito menos acadêmico, e essencialmente mais visceral, pelas vozes e escritos dos próprios pacientes da época.

O fato que legitima essa afirmativa é a existência do jornal denominado “Comunidade”. O Diário de Pernambuco em 11 de setembro de 1977 narrou que o periódico circulava nos corredores da instituição e que tinha sido visto pelos especialistas como “um lento trabalho transformador”. Feito à mão pelos pacientes, eram veiculados poemas, ilustrações, flashes, notícias do hospital, detalhes do cotidiano vivenciado. A matéria ainda relatou que a revista “Radice”, especializada em psicologia, havia feito seleção de textos dos pacientes e publicado em uma de suas edições (Diário de Pernambuco, 1977).

Não se encontrou uma fonte que possa fornecer a informação de quantas edições do Jornal Comunidade foram produzidas e publicadas, nem em que momento ele parou de ser veiculado, mas no Arquivo Público de Alagoas foi possível encontrar 5 edições do Ano I (1975) e 3 edições do ano

II (1976). O recorte abaixo, da edição Nº 2 do Ano I, narra os detalhes da “Reunião da inauguração do lançamento do almejado jornal Comunidade”, ocorrida no dia 19 de Agosto de 1975 dentro do hospital (Jornal Comunidade, 1975).

=====

ARTIGO RESUMO DO LANÇAMENTO DO JORNAL "COMUNIDADE"

Ontem, dia 19 do mes em curso, teve inicio reunião da inauguração do lançamento do nosso almejado jornal "Comunidade". Estiveram presentes os Drs. Sérgio Rubens Fontes Lima, Marcondes Benedito de Farias Costa, Lúcia Santa Rita, Carlos Lages e a Assistente Social Genilda Moreira. Frenqueando a palavra usou da mesma o Dr. José Malta Brandão lembrando a fundação do diário e Pernambuco, pioneiro no Brasil; como também a fundação do primeiro jornal criado em Alagoas com nome de Iris Alagoense. Louvando a direção do Hospital Portugal Ramalho, citando a primeira mão eficientia do mui digno, honrado e querido por todos indistintamente o Dr. Marcondes. Mais uma vez reforçando a palavra do mesmo, no sentido de que a união faz a força, o paciente Jorge Custódio recitou dois lindos sonetos intitulados: cisne e pérola do norte. Depois Leilto Lúcio paciente, cantou acompanhado pelo paciente Sidney, e o paciente Jorge Menezes apresentou um número com sua gaita alegrando o evento. Nesta oportunidade, falou também o paciente Lourenço Ismael, louvando a direção desta casa hospitalar, assim como o Sr. Edro Leite que emocionado repetiu palavras anteriores. Em uma oportunidade falou o paciente Anírio Rodrigues que disse algo a respeito do festim mais uma vez o paciente Jorge Custódio enalteceu a todos que se achavam presente e de primeira mão o entusiasmo do lançamento do nosso jornal comunidade recentemente comemorado. E já no epílogo do evento, falaram ainda o Dr. Sérgio, Dr. Marcondes que exaltou todo o acontecimento inclusive a compreensão de todos os pacientes e administradores. E com muita alegria no coração de todos os presentes, encerrou-se o festim do lançamento do nosso tão almejado querido jornal "Comunidade".

José Malta Brandão

=====

Fac símile: Trecho de Artigo Resumo do Lançamento do Jornal “Comunidade”. Jornal Comunidade Edição Nº 2 Ano I. Alagoas, 1975

Muitas eram as seções existentes nas edições, algumas se mantinham desde as primeiras veiculações (Fofocas, Hospital, Você Sabia?) outras pareciam surgir ao longo do tempo (Entrevistas, Piadas, Poesias). Nas diferentes seções foi possível depreender, pela voz dos próprios internos, aspectos do cotidiano da instituição, a exemplo da rotina de cuidados e os atores responsáveis pelo seu fazer.

No hospital funcionava uma equipe de prontidão, cujas atribuições foram descritas na edição nº 2 Ano I, enumeradas de 1 a 5: 1 – Ao amanhecer a prontidão desloca-se do pátio do hospital em vigilância aos muros, para verificar se existe algum instrumento que possa facilitar a fuga de algum paciente; 2 – Cabe a equipe observar a existência de algum paciente agitado; 3 – Zelar pelo silêncio do Hospital; 4 – Tomar conhecimento de toda ocorrência que contrarie a organização dos médicos,

e levar ao conhecimento dos mesmos ou diretamente a assistente social para que sejam tomadas providências; e 5 – Aos dias de visitas as atividades dos membros dessa equipe será permanecer no portão de entrada principal para revistar todos os pacotes e sacolas e ter autoridade em alguma pessoa que porte alguma arma.

O recorte foi assinado no jornal interno por um dos pacientes que compunha a equipe de prontidão, e falou a respeito dos deveres que cabiam ao grupo. É possível supor que a equipe era formada por pacientes mais lúcidos, que cumpriam esse papel de auxílio aos profissionais de saúde, se reportando a eles em situações pré-estabelecidas que demandavam sua atuação imediata, a exemplo da existência de pacientes agitados, como mencionado nas atribuições descritas.

Nesta mesma edição, em um dos recortes na seção “Hospital” um paciente escreveu sobre sua incumbência como membro em uma das atividades de rotina da instituição: “Fui responsável uma semana pelo atendimento aos pacientes, onde anotava os nomes daqueles que queriam falar com o médico. Este atendimento é feito no horário das 3 às 4 horas”, denotando a existência de uma triagem realizada pelos próprios pacientes.

Outros recortes nas edições tornam possível compreender os diferentes atores envolvidos na rotina da instituição:

“Estou aqui alegremente despedindo-me de todos os caros colegas e de todas as distintas colegas, não deixando de parte todos os serventes, tanto lavadeiras como cozinheiras, a todos meus cordiais votos de despedidas” (Jornal Comunidade, Ano II Nº 15, 1976)

“São ótimas as enfermeiras, só vivem cuidando de suas obrigações, tanto são carinhosas como nos atendem no que é preciso” (Jornal Comunidade, Ano I Nº 04, 1975)

A maioria dos relatos encontrados na edição e que faziam menção direta ou indireta aos profissionais que ali atuavam eram positivos; geralmente se constituíam como homenagens aos médicos, enfermeiras e assistentes sociais, ou mesmo relatos de gratidão a instituição como um todo. Mas também foi possível encontrar registros de pacientes, sobretudo nas seções de charadas e fofocas, que pareciam manifestar acusações e descontentamentos.

“Meu nome já foi pertencente a formosa e cruel rainha, mas hoje sou Social e Assistente, meu verdadeiro nome é ...” (Jornal Comunidade, Ano II Nº 15, 1976)

“Sr. Diretor, mais uma vez eu vou partir chorando sobre este problema que eu fiz, eu sei que o Sr. me dispensou mas a Deus eu peço perdão [...] quero que Deus me ajude e me dê mais sabedoria, e ao Sr. também para o Sr. tratar

melhor a gente” (Jornal Comunidade, Ano II Nº 15, 1976).

“Ela é morena e baixinha, Enfermeira e não doutora, Contente, é tão boazinha, Zangada é uma metralhadoura” (Jornal Comunidade, Ano II Nº 15, 1976).

“Pedro pediu uma bandeja careca, o copeiro perguntou porque? Ele retrucou. Aqui vem vários cabelos” (Jornal Comunidade, Ano I Nº 02 , 1975).

Nesse contexto é interessante pontuar que as edições passavam pelo conhecimento da direção e administração da instituição, não sendo possível afirmar se havia algum tipo de seleção ou controle do que seria publicado, mas comprovadamente o corpo de assistência, administração e direção, podia compor com seus escritos, as folhas do periódico, e assim o fizeram em diversas edições. Além disso, as publicações chegaram a ser vistas por alguns familiares dos pacientes, conforme narrado em relato no próprio jornal, em que um paciente conta que sua família e amigos elogiaram o material.

Em outro recorte interessante, da edição nº 2 Ano I, um paciente revela que o hospital tem passado por positivas modificações: “ [...] O paciente antes era interno no Portugal Ramalho, mais conhecido por asilo e dava graças a Deus quando recebia alta. Hoje está ao contrário. [...] O paciente não se sente um paciente e sim uma pessoa humana, pois goza e tem sua ampla liberdade. [...] Quem conheceu o Portugal Ramalho anos atrás, vendo hoje não o conhece mais”.

É consternador perceber que no discurso publicado pelo interno da época, há uma contraposição direta entre ser paciente e ser uma pessoa humana, levando a compreensão de que somente diante das modificações que estavam sendo operadas, era possível sentir-se pessoa humana e levando a uma reflexão sobre quais condições estavam imbricadas na assistência aos pacientes em anos imediatamente anteriores ? Tão problemáticas ao ponto de o destituírem da condição de sujeitos?

Várias fontes sustentam o entendimento de que foi a partir de meados da década de 1970 que o Hospital Portugal Ramalho vivenciou sua era de maior visibilidade, passando por importantes mudanças em diferentes áreas de sua existência. Entre essas mudanças destacam-se: alterações na estrutura física, com inauguração de clínicas anexas que o possibilitaram ser midiaticizado como “Parque Psiquiátrico”; mudanças na terapêutica executada na instituição, ora narradas pelas páginas dos jornais da época, ora narradas pelos próprios pacientes nas páginas do Jornal Comunidade, quando mencionavam a existência de passeios duas vezes por semana, dinâmicas de grupo, torneios de dominó, instalação de um viveiro para ficar sob os cuidados dos pacientes; e a mais emblemática mudança, a que acontecia no corpo de profissionais que atuavam no hospital, a exemplo do treinamento de atendentes em enfermagem psiquiátrica tão enfaticamente midiaticizado.

Recorte do Jornal Correio Braziliense (DF), Edição 04280 datado de 05 de Novembro de 1973.
Maceió, Alagoas, 2024

Saúde dinamiza treinamento: AL

MACEIO (M) - A Fundação de Saúde e Serviço Social de Alagoas, através de sua coordenação de enfermagem, assinala para fins deste mês, o encerramento do treinamento que está sendo ministrado no Hospital "Portugal Ramalho", para 50 atendentes em Enfermagem Psiquiátrica, cujas aulas são ministradas dentro de um processo objetivo, isto é, durante o expediente daquela unidade hospitalar.

Segundo esclarecimentos da coordenadora Benir Nunes o treinamento vem apresentando resultados satisfatórios e seus participantes demonstram interesse pelos novos métodos que os planos de Saúde determinam para a área da Psiquiatria. "Até o final do mês, estaremos com a missão cumprida e os cursistas devidamente preparados para as tarefas futuras", disse.

Os aprovados durante o curso serão aproveitados pela Fusal, que no momento já se mobiliza visando à elaboração de um plano, do qual possum os vitoriosos participar diretamente dos trabalhos do parque psiquiátrico que englobam o Hospital Portugal Ramalho, Clínica "Anibal Sarmento" e Pronto Socorro Psiquiátrico de Alagoas.

Enquanto isso, no Centro de Saúde da praça da Maravilha, vai chegando ao fim o curso que a Saúde, em convênio com o PIPMO, ministra para pessoal de postos particulares e farmácias, oferecendo subsídios diversos na área de saúde, principalmente no que toca a aplicação de injeções, para os 40 participantes.

Todas as pessoas que tiveram oportunidade de receber os modernos ensinamentos neste particular, através das aulas ministradas por Benir Nunes e Heitor Albuquerque, receberão certificados, os quais serão entregues em data a ser divulgada pela supervisão do curso.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Todas as notícias que se reportavam ao hospital neste período, narravam o apoio que o então governo estava dando para a psiquiatria do estado. A inauguração de clínicas anexas e ambulatórios era prestigiada por políticos, e o então diretor George Samuel Sanguinetti Fellows já tratava do antigo asilo como uma mancha na história da psiquiatria alagoana, que “felizmente já foi apagada e bem desmanhada” (Correio Braziliense, 1974). O Hospital Portugal Ramalho era tido e narrado pelo seu diretor e pelos interessados políticos como parte do que mais moderno se instituía no país, embora muitas problemáticas ainda fossem narradas pelos pacientes no jornal interno da instituição naquele mesmo momento; contradições que o presente estudo histórico descortinou e que ensejam novas investigações, inclusive sobre a participação do Hospital Portugal Ramalho no bojo da inconclusa Reforma Psiquiátrica Brasileira.

CONCLUSÃO

Esta seção não pretende esgotar o assunto tratado no estudo, sobretudo por considerar que o objeto da dissertação pertence a um contexto complexo de subjetividades que poderiam ainda ser revisitadas e com as quais se alcançariam novas compreensões, a exemplo da possibilidade de trabalhar a temática também com a escuta de sujeitos envolvidos no acontecer histórico.

Para responder aos objetivos da pesquisa, quais sejam: sido descrever o contexto da saúde mental em Alagoas em meados do século XX, analisar as circunstâncias da Criação e Inauguração do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho e analisar a importância do Hospital Colônia Dr. Portugal Ramalho para o processo de institucionalização da loucura em Alagoas, foi preciso compreender a conjuntura social, política e de assistência em saúde mental estabelecida antes e de modo contemporâneo ao objeto de estudo.

Apoiando-se no referencial Foucaultiano de “A História da Loucura” o estudo revisita esse momento do Hospital Portugal Ramalho (1951-1970), significando, por consequência e ao mesmo tempo intencionalidade de percurso, revisitar a história dos atores desse processo, o que significou se debruçar sobre o contexto das políticas de saúde mental daquele momento dentro e fora do cenário alagoano, contribuindo diretamente para a produção de conhecimento e reflexão sobre a história da atuação sob a loucura.

A dissertação aponta para um cenário de antecedentes que compuseram o enredo propício para a criação do Hospital Colônia, a saber: profundas indiligências na única instituição para os alienados existentes até aquele momento – o Asylo de Santa Leopoldina, estímulos financeiros para melhoria da assistência em saúde mental e jogos políticos. Sobre este último, pode-se dizer que a institucionalização da loucura em Alagoas se deu sempre imbricada por esse processo, ora sendo influenciada diretamente, ora servindo como materialização e feito dos atores em determinada época.

Chegou-se ao entendimento dos diferentes momentos vividos pelo Hospital Colônia Portugal Ramalho no recorte analisado, indo de sua inauguração e primeira década de funcionamento até a consolidação do retrato histórico de sua era de maior visibilidade, passando neste percurso pelo contexto histórico e político que o imbricava até os detalhes do cotidiano da instituição em seus aspectos assistenciais e administrativos. Portanto, o Hospital Portugal Ramalho se configurou como uma instituição que vivenciou avanços e desafios, que tem no seu acontecer a marca de acontecimentos importantes, ora compartilhando da contemporaneidade da época sobre o domínio

da loucura ora estando em atraso em relação a ela.

Também como observação conclusiva, assinala-se a presença da categoria de enfermagem nas linhas da história da instituição, como atores que compunham o cotidiano do hospital muitas vezes retratados pela voz dos próprios pacientes, fornecendo os significados dessa vivência naquele momento histórico e possibilitando reflexões que esse contexto suscita até hoje para a cultura da instituição, da enfermagem e da assistência em saúde mental no estado de Alagoas.

Todo o exposto traz à tona novos objetos de estudos, que devem ser estimulados para continuar a escrita da história de uma instituição emblemática para cenário da saúde mental alagoana, que continua em funcionamento na atualidade, agora como Hospital Escola Portugal Ramalho, pertencente à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo (Ed.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1994.
- AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. “De volta à cidade, sr. cidadão!”- reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 1090-1107, 2018.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**. Bauru: EDUSC, 2006 (original: 1995).
- BARROS, José D. Assunção. Fontes históricas. **Cadernos do tempo Presente**, v. 11, n.02, p. 03-26, 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução Nº 510/2016 de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 abr. 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 294.
- DAS NEVES GUIMARÃES, Marcela; DE MIRANDA CRISPIM COSTA, L. Os primeiros passos para a institucionalização da loucura em Alagoas na segunda metade do século XIX ao estabelecimento do Asylo Santa Leopoldina: inserção de enfermeiros e tratamento. **Temperamentum (Granada)**, 2022.
- DE CARVALHO, Cícero Péricles. **Formação histórica de Alagoas**. EDUFAL, Editorada Universidade Federal de Alagoas, 2015.
- DE OLIVEIRA, Cláudia Freitas. Embates Psiquiátricos na Segunda Metade do Século XX-O Discurso Contra Hegemônico da Antipsiquiatria.
- DE ROLEMBERG FIGUEIRÊDO, Marianna Lima; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT- ALAGOAS**, v. 2, n. 2, p. 121-136, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1961. 560 p.
- GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOMES MIRANDA, P. I.; COSTA DE SOUZA, V.; APARECIDA PETERS, A. Constituição do campo psiquiátrico em uma cidade do nordeste brasileiro. **Temperamentum (Granada)**, 2022.

(orientanda da Angela)

GUERRA, Tevni Grajales. La metodología de la investigación histórica: una crisis compartida. **Enfoques**, v. 14, n. 1 y 2, p. 5-21, 2002.

LEITE E OITICICA, Francisco de Paula. **O asylo de loucos, em Maceió: chronica dos tempos modernos de Maceió**. Rev. Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, p. 19-49, 09 de junho de 1914.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira. Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 164-177, 202.

MOREIRA, Fabrício A.; GUIMARÃES, Francisco S. Mecanismos de ação dos antipsicóticos: hipóteses dopaminérgicas. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 40, n. 1, p. 63-71, 2007.

OLIVEIRA, William Vaz de. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 141-154, 2011

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. **O método de pesquisa histórica na enfermagem**. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 14, p. 575- 584, 2005.

PORTOCARRERO, Vera. Parte II—O século XX e a nova configuração da prática psiquiátrica no Brasil. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**.

RAMOS, Igor Guedes. A HISTÓRIA DA LOUCURA E A NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT. **Revista de Teoria da História**, v. 11, n. 1, p. 217-237, 2014.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Autêntica, 2018.

SOARES, Ilka de Araújo. Institucionalização da loucura: um recorte histórico sobre o município de Barbacena/Mg. **Fundação Biblioteca Nacional Ministério da Cultura. Disponível em:** <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Ilka_soares.pdf>. Acesso em, v. 7, 2014.

TEIXEIRA, Kyvia Rayssa Bezerra. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal: Criação e Implantação. 2015.

ZAIDAN, Tiago Eloy. **O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia imprensa Alagoana**. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

ANEXO A
Instrumento para exame da documentação escrita

1. Identificação

Título:

Arquivo:

Localização:

Ano:

Assunto:

Data:

2. Análise Técnica

Classificação cronológica:

Classificação temática:

Circulação:

3. Conteúdo

Assunto:

Relação do documento com outras fontes documento:

Síntese do documento:

4. Síntese interpretativa

Articulação do documento com outras fontes:

Síntese dos elementos relativos ao objeto de estudo:

Data:

Assinatura:

Fonte: Modelo de Instrumentos de Coleta e Análise de Documentos. Disciplina Fontes para a Pesquisa em Enfermagem. Prof.^a responsável: Dra. Ieda de Alencar Barreira, 2000.